



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO CURSO DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

ALINNY PAES LANDIM ALVES

**INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE GRUPOS
FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DE SÃO
RAIMUNDO NONATO – PI**

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI

2023

ALINNY PAES LANDIM ALVES

**INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE GRUPOS
FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DE SÃO
RAIMUNDO NONATO – PI**

Trabalho de Dissertação apresentado à Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus São Raimundo Nonato, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI

2023

Alves, Alinny Paes Landim

A474i Inventário participativo do patrimônio cultural de grupos familiares na microrregião de São Raimundo Nonato - PI / Alinny Paes Landim Alves- São Raimundo Nonato - PI, 2023.

92 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral.

1. Patrimônio cultural. 2. Parentesco. 3. Memória coletiva. I. Amaral, Alencar de Miranda. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia
Rua João Ferreira dos Santos, s/nº, Campestre
CEP 64770-000 - São Raimundo Nonato/PI, Brasil. Telefone (89) 35829750
<https://portais.univasf.edu.br/pparque/> E-mail: cpgarque@univasf.edu.br

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA
Defesa Nº 14

Ata da Sessão Pública, de exame de Defesa de Dissertação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia, Área de Concentração em Arqueologia e Preservação Patrimonial.

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às 14:30, via plataforma remota Streamyard, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado de Pós-Graduação em Arqueologia, composta pelos membros: Professor Dr. Alencar de Miranda Amaral (PParque-UNIVASF) – (Orientador e Presidente da Banca); Prof. Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes (PParque UNIVASF); Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste (PParque UNIVASF); Prof. Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes (UFAL), com a finalidade de julgar o trabalho da discente Alinny Paes Landim Alves, intitulado “INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE GRUPOS FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI”, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia. O desenvolvimento das atividades seguiu o roteiro de sessão de Defesa Pública estabelecido pelo Presidente da banca, o qual realizou a abertura e posterior condução e encerramento da sessão solene. Após analisarem o trabalho e arguírem o (a) discente, os membros da Banca Examinadora deliberaram pelo conceito APROVADO do (a) discente, habilitando-a ao título de Mestre em Arqueologia, na Área de Concentração em Arqueologia e Preservação Patrimonial, conforme o regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Univasf. O candidato deverá apresentar o trabalho em sua redação definitiva, sob pena de não expedição do Diploma, devendo o mesmo assinar o Termo de Compromisso anexo, que passa a fazer parte integrante deste documento. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ATA que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

São Raimundo Nonato-PI, 31 de janeiro de 2023.

Membros da Banca	Assinaturas
Dr. Alencar de Miranda Amaral (orientador e presidente da Banca)	 Documento assinado digitalmente ALENCAR DE MIRANDA AMARAL Data: 01/08/2023 09:08:26-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes	 Documento assinado digitalmente MAURO ALEXANDRE FARIAS FONTES Data: 01/08/2023 09:13:37-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Dr. Leandro Elias Canaan Mageste	 Documento assinado digitalmente LEANDRO ELIAS CANAAN MAGESTE Data: 01/08/2023 09:30:57-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes	 Documento assinado digitalmente FLAVIO AUGUSTO DE AGUIAR MORAES Data: 01/08/2023 09:43:00-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Que as pessoas saibam que tu, cujo o nome é Jeová
Somente tu és o Altíssimo sobre toda a terra.
Salmos 83:18

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus Jeová, que por meio do Seu filho Jesus Cristo, me concedeu forças para chegar até aqui e abençoou o meu caminho.

À minha mãe, Hildenir Paes Landim (Dena Manicure), pela força, garra, incentivo, cuidado e preocupação. Meu Amor, sem a ajuda de Deus e da senhora, eu não teria chegado até aqui. Obrigada, por suportar meus momentos de crises difíceis e minhas angústias, quando eu achava que não iria conseguir. Não foi fácil (chorei, fiquei triste, fiquei ansiosa, desanimada), mas a senhora estava lá, sempre me ouvia e me ajudava a seguir no outro dia. Tive momentos de empolgação, expectativas, sonhos e alegria também, e a senhora estava presente nesses momentos. Obrigada também, por me mostrar os meus erros, por me ajudar a melhorar como aluna e ser humano. MÃE, muito obrigada por não deixar eu desistir. TE AMO, Mãe! Obrigada por sempre me incentivar a fazer orações, ler a Bíblia e colocar todos os meus problemas, seja eles graves ou não, nas mãos de Jeová. Obrigada por ler a Bíblia para mim quando eu não conseguia fazer isso. Meu Exemplo, a senhora sempre foi excepcional na sua sensatez e dignidade. Meu exemplo de mulher! Ahhh, e só para constar, rsrs a senhora também é “Arqueóloga” rsrs..

Ao meu irmão, pela ajuda, conselhos diretos rsrsrs, críticas, orientações e por ser tão companheiro. Você foi muito importante durante essa caminhada. Te amo, Nanam!

Ao meu pai, Arioston, que me incentivou e sempre acreditou que tudo iria dar certo. Obrigada Pai te amo!

Ao meu orientador professor Alencar Miranda Amaral, o senhor tem um cuidado e humildade ao tratar os alunos que é admirável, consegue explicar o complexo de forma simples, agradeço também por sempre ser atencioso quando eu precisava entrar em contato com o senhor, me sinto muito confortável de tê-lo como meu orientador, consigo falar sobre minhas ideias e pensamentos sem sentir vergonha e obrigada por ser meu orientador e por marcar minha jornada acadêmica, tenho grande estima e admiração pelo senhor. Agradeço a minha banca, o professor Leandro Mageste, me inspira muito com seu trabalho e dedicação, talvez eu nunca tenha dito, mas sempre admirei a forma como ele conduzia suas aulas e a dedicação e empenho que ele tem com suas pesquisas, sempre com muito cuidado e ordenação, sempre que almejo realizar um trabalho com excelência me vem na mente o professor Mageste como referência. Agradeço também ao professor Mauro Farias, apreciei muito suas aulas e as discussões que o senhor promovia durante elas, sempre teve pulso firme com os alunos, mas ao mesmo tempo tinha empatia pelas dificuldades

destes e assim demonstrava o grande coração que tem, tenho boas lembranças das suas aulas e do seu jeito para falar. Suas aulas sempre estarão marcadas na minha memória!

Às minhas amigas da UNIVASF: Aline Deusdará (minha xará), Kátia Milene Castro, Gracilene Coelho (Gracy), Amanda Paes, Andreiza Silva e Vanessa Belarmino, algumas me aproximei desde a graduação, outras tive a oportunidade de me aproximar ainda mais no mestrado.

Agradeço também à cada um dos entrevistados, que foram essenciais para essa pesquisa e cada um destes que serão descritos ao longo dos resultados dessa pesquisa tem um espaço especial no meu coração.

À a tia Zica, tio Del, tia Beta e tio Manelo, obrigada por toda força, incentivo e apoio.

A todos os funcionários da UNIVASF, agradecemos também a todos que de alguma forma contribuíram para realização deste estudo.

RESUMO

A atuação dos grupos familiares no processo de ocupação do sudeste e sudoeste do piauí ainda é um tema pouco explorado, especialmente quando se busca identificar e compreender a materialidade produzida, utilizada e descartada pelas pessoas nesse contexto. Nesse sentido, nosso trabalho visa abordar essas questões tendo como recorte a atuação de grupos familiares na ocupação dos municípios de São Raimundo nonato e Bonfim do Piauí ao tendo em vista o século XIX. A ideia do inventário participativo vem da necessidade de conhecer e registrar o patrimônio material/imaterial dos grupos familiares que estavam ocupando a região sudeste do piauí no século aqui pesquisado, buscando assim valorizar os diferentes bens patrimoniais presentes no território aqui estudado. Dessa forma, uma abordagem colaborativa, central para a realização de um inventário participativo, tem o potencial de ampliar aquilo que normalmente é identificado, e/ou reconhecido, como patrimônio. Portanto, buscamos discutir temas como patrimônio arqueológico, comunidade e valorização cultural dentro de uma perspectiva participativa, caracterizando o patrimônio cultural dos grupos “não tradicionais” por meio das histórias e memórias contadas pelas famílias aqui estudadas, sendo possível assim, caracterizar e identificar o patrimônio cultural que remete a atuação destes grupos no processo de ocupação da região.

Palavras-chave: inventário participativo; patrimônio; grupos familiares; sudoeste do Piauí.

ABSTRACT

The role of family groups in the process of occupation of the southeast and southwest of Piauí is still a little explored topic, especially when seeking to identify and understand the materiality produced, used and discarded by people in this context. In this sense, our work aims to address these issues taking into account the actions of family groups in the occupation of the municipalities of São Raimundo nonato and Bonfim do Piauí, taking into account the XIX century. The idea of the participatory inventory comes from the need to know and record the material/immaterial heritage of the family groups that were occupying the southeast region of Piauí in the century researched here, thus seeking to value the different heritage assets present in the territory studied here. In this way, a collaborative approach, central to carrying out a participatory inventory, has the potential to expand what is normally identified, and/or recognized, as heritage. Therefore, we seek to discuss topics such as archaeological heritage, community and cultural appreciation within a participatory perspective, characterizing the cultural heritage of “non-traditional” groups through the stories and memories told by the families studied here, making it possible to characterize and identify the heritage cultural that refers to the actions of these groups in the process of occupation of the region.

Keywords: participatory inventory; patrimony. family groups; southwest of Piauí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fogão de lenha.....	41
Figura 2- Fogão de lenha.....	41
Figura 3- Enxerto de plantas.....	44
Figura 4- Enxerto de plantas.....	44
Figura 5- Casa de arranca da mandioca.....	46
Figura 6- Compartimento para arranca da mandioca	47
Figura 7- Moedor da mandioca	47
Figura 8- Vasilha para esfarinhar a farinha de mandioca.....	48
Figura 9- Forno com a farinhada mandioca.....	49
Figura 10- Forno da mandioca.....	49
Figura 11- Forno.....	50
Figura 12- Mandioca descacada	52
Figura 13- Mandioca	53
Figura 14- Forno.....	54
Figura 15- Bolsa de crochê.....	55
Figura 16- Bolsa de crochê.....	55
Figura 17- Lembrancinha de papel de plástico.....	60
Figura 18- Objeto feito com material reciclável.....	63
Figura 19- Linha para fazer o crochê.....	63
Figura 20- Material de artesanato feito com crochê	64
Figura 21- Roupas feitas de crochê	64
Figura 22- Buchada feita	71
Figura 23- Buchada na panela	72
Figura 24- A buchada feita	73
Figura 25- Cabeça do bode para o sarapatel.....	75
Figura 26- Bode.....	76

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E ÁREA DE PESQUISA.....	17
3	METODOLOGIA	22
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
3.2	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	22
3.3	ENTREVISTAS ORAIS, PESQUISA DE CAMPO E LEVANTAMENTO DOCUMENTAL.....	23
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
5	RESULTADOS	37
5.1	O FOGÃO DE LENHA PELA FALA DE DONA DORA: “A COMIDA FEITA NA LENHA TEM MAIS GOSTO...”.....	37
5.2	ENXERTO DE PLANTAS PELO SENHOR MANELO: “DA NATUREZA EU TIRAVA O MEU SUSTENTO”.....	43
5.3	ARRANCA DE MANDIOCA POR DONA BETA: “PRA FAZER A ARRANCA DE MANDIOCA, JUNTAVA A FAMÍLIA, OS AMIGOS E OS VIZINHOS, JUNTAVA TODO MUNDO, ERA UMA ALEGRIA DANADA”	46
5.4	ARTESANATOS.....	54
5.4.1	Bolsas de crochê e lacre de garrafa	54
5.4.2	Artesanato com materiais recicláveis: “Um meio de vida”.....	59
5.4.3	Roupas feitas de Crochê: “Nas festas o povo ama”	62
5.5	PRÁTICAS CULINÁRIAS	67
5.5.1	A Prática da Umbuzada por Dona Dena: “Eu via muito o povo fazendo, minhas tias, irmãs...”	67
5.5.2	Buchada de bode e Sarapatel por Arioston Silva: “Eu sempre fazia no domingo pela manhã, na folga do serviço...”.....	71
5.5.3	Pamonha por Dona Hildenir: “O cheiro era bommm, lembra o interior...”	77
5.5.4	A Prática da Colheita do Caju por do Zildenir: “No começo juntava muita gente... hoje em dia quase não tem mais...”	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	83
	ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO	88

1 INTRODUÇÃO

A ideia do inventário participativo vem da necessidade de conhecer e registrar o patrimônio material/imaterial dos grupos familiares que ocuparam a microrregião da cidade de São Raimundo Nonato – PI, durante e após o século XIX; e como as práticas, costumes, saberes, modos de fazer e objetos estão sendo reproduzidos no dia-a-dia das famílias sertanejas que ocupam a região da cidade, buscando assim valorizar os diferentes bens patrimoniais presentes no território aqui estudado. É interessante notar, que o patrimônio cultural se constitui por meio das referências culturais que se tornaram marcantes para a história de um grupo e foram transmitidas de geração em geração (IPHAN, 2016). Esse trabalho centra-se na análise do contexto histórico e levantamento do patrimônio cultural desses grupos familiares da microrregião da cidade de São Raimundo Nonato – Piauí, tendo como premissa as diretrizes da Arqueologia Pública e Colaborativa.

Assim sendo, uma abordagem colaborativa, central para a realização de um inventário participativo, tem o potencial de ampliar aquilo que normalmente é identificado, e/ou reconhecido, como patrimônio. Portanto, buscamos discutir temas como patrimônio arqueológico, comunidade e valorização cultural dentro de uma perspectiva participativa, caracterizando o patrimônio cultural dos grupos “não tradicionais” por meio das histórias e memórias contadas pelas famílias aqui estudadas, sendo possível assim, caracterizar e identificar o patrimônio cultural que remete a atuação destes grupos no processo de ocupação da região sudeste do piauí no século XIX.

Torna-se importante nessa pesquisa, termos como recorte o século XIX, tendo este como referência para compreender o período de ocupação da área aqui estudada, visto que este se mostra como um período importante de ocupação para a microrregião da cidade de São Raimundo Nonato – PI, pois durante esse período, segundo Negreiros (2007), houve mais intensidade de ocupação na área aqui estudada durante esse século, além do que, conforme podemos observar ao longo dos resultados da nossa pesquisa, possivelmente as práticas, saberes, modos de fazer, costumes e objetos aqui registrados estavam sendo iniciados e disseminados ao longo do presente século. O estudo do patrimônio arqueológico e cultural dos grupos familiares associados às ocupações históricas durante o século XIX, permite ao arqueólogo compreender os padrões históricos, culturais e sociais da região. Fonseca (2005), em sua obra “O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil” vem demonstrando que no que diz respeito à memória e à tradição familiar de cada grupo vinculado ao patrimônio, esses estão numa linha que engloba tanto o papel na formação de identidades coletivas, quanto os recursos que são recorrido os Estados modernos para obter a legitimação da noção de nação.

Buscar entender o Patrimônio Cultural isolado das características individuais e coletivas é um equívoco, quando não um desrespeito à sociedade. Tanto a ciência quanto o Patrimônio Cultural têm responsabilidade social (Machado *et al.* 2009, p. 578). Tendo isto em vista, é impossível considerar a cultura material de um determinado período sem considerar as memórias individuais e coletivas. Para Halbwachs (Silva, 2016, p. 248), “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós.”

A atuação dos grupos familiares no processo de ocupação do sudeste e sudoeste do piauí ainda é um tema pouco explorado, os grupos familiares aqui estudados definimos como indivíduos que se reconhecem como parentes que possuem algum grau de parentesco por ligações sanguíneas de descendentes ou ascendentes. Grupos familiares, em termos gerais, são unidades sociais formadas por pessoas que compartilham laços de parentesco, seja por meio do casamento, nascimento ou adoção. Esses grupos desempenham um papel fundamental na organização da sociedade e podem variar em tamanho e composição. Os membros de um grupo familiar geralmente estão ligados por laços de parentesco. Isso pode incluir pais, filhos, avós, tios, tias, primos, cônjuges, parceiros e outros parentes, eles podem ter estruturas diversas, incluindo famílias nucleares (pais e filhos), famílias estendidas (incluindo parentes além dos pais e filhos), famílias monoparentais (lideradas por um único adulto) e muitas outras variações (Faco; Melchiori, 2009).

A relação aqui estudada de grupos familiares com patrimônio se deve à identificação de modos e formas de vida que esses grupos tinha ao longo dos anos na região aqui pesquisada, especialmente buscamos identificar e compreender a partir desses grupos as práticas, saberes, costumes, modos de fazer e objetos passados ao longo da trajetória das famílias que ocuparam e ainda ocupam a área aqui estudada ao longo dos anos, entender como essa cultura seja ela de ordem material ou imaterial foi produzida, utilizada e descartada pelas pessoas inseridas dentro desse contexto torna-se um desafio para qualquer pesquisador.

O recorte abrangido por essa pesquisa, justifica-se por ser o período que existe mais levantamento de pesquisas de cunho histórico na região aqui estudada, por outro lado, observamos uma carência em pesquisas de cunho arqueológico abordando o presente período de ocupação da área. Os grupos familiares desempenham um papel significativo na criação e manutenção da cultura material. A relação entre grupos familiares e cultura material pode ser observada de várias maneiras, como por exemplo, por meio de transmissão de tradições, através das gerações, os grupos familiares frequentemente transmitem tradições de fabricação, uso e cuidado de objetos culturais. Por exemplo, uma avó pode ensinar sua neta a fazer cerâmica da mesma maneira que sua própria avó ensinou a ela. Pode acontecer por meio da herança de objetos, muitos objetos culturais, como

jóias de família, móveis antigos e utensílios de cozinha, são passados de uma geração para outra dentro de grupos familiares. Esses objetos muitas vezes possuem um valor cultural e histórico.

Ainda, a cultura material pode refletir os valores e o estilo de vida de uma família. O tipo de moradia, os carros que possuem, os aparelhos eletrônicos e até mesmo as roupas que usam podem ser indicativos das preferências e prioridades de uma família. Através das compras e consumo, a decisão de compra de uma família pode afetar a cultura material. As escolhas de produtos e marcas podem ser influenciadas pelas preferências da família e sua identidade cultural. Os grupos familiares desempenham um papel crucial na formação e transmissão da cultura material, contribuindo para a preservação e evolução dos objetos e artefatos que fazem parte da identidade cultural de uma sociedade.

Assim sendo, nosso trabalho visa abordar essas questões tendo como recorte a atuação de grupos familiares na ocupação do município da microregião da cidade de São Raimundo Nonato – PI, ao longo dos anos. Dentro dos nossos entrevistados que colaboram para os resultados dessa pesquisa temos pessoas que são oriundas dos municípios vizinhos à cidade de São Raimundo Nonato – PI, como os municípios de Varzêa Branca – PI e a cidade de Dirceu Arcoverde – PI.

Os estudos do patrimônio arqueológico e cultural dos grupos familiares no período aqui estudado, buscam dialogar com os estudos da Arqueologia e Comunidades, visando compreender a história da população sertaneja da região sudeste do Piauí e seus remanescentes a partir da cultura material/imaterial presente nos espaços que estes ocupavam ou ocupam. Compreender a dinâmica da memória dos grupos estudados associados a ocupação da área estudada ao longo dos anos da microregião da cidade de São Raimundo Nonato – PI, contribui para compreender por meio dessa memórias como essas práticas, costumes, modos de fazer, saberes e objetos estavam sendo disseminados ao longo do século XIX e como esses permanecem na memória das pessoas que ocupam a região até os dias atuais.

Temos como objetivo geral, promover o inventário participativo com auxílio de colaboradores(as) da região da microregião da cidade de São Raimundo Nonato – PI, visando também identificar práticas, costumes, saberes, modos de fazer e objetos considerados significativos a trajetória dos grupos familiares locais.

Nossos objetivos específicos estão focados em realizar um levantamento historiográfico e arqueológico sobre as práticas, costumes, saberes, modos de fazer e objetos na microregião da cidade de São Raimundo- PI; promover o levantamento de narrativas sobre os grupos familiares locais com o objetivo tanto de valorizar saberes e trajetórias historicamente negligenciadas pelas fontes oficiais, quanto de analisar o papel de objetos e lugares como “sementes da rememoração” (Halbwachs, 1990); investigar como objetos, práticas, modos de fazer e costumes foram sendo,

iniciados, passados, adquiridos, fabricados pelos grupos familiares na região do município de São Raimundo- PI durante o século XIX; problematizar o conceito de “patrimônio” com vistas a discutir a necessidade e elaboração de estratégias participativas e multivocais para a definição e gestão dos bens a serem enquadrados na categoria de patrimônio cultural.

Esse trabalho justifica-se pela contribuição historiográfica e social para as pesquisas que são realizadas na região sudeste e sudoeste do Piauí, devido a carência de registros e estudos sobre às práticas, modos de fazer, costumes, saberes e objetos dos grupos familiares da região.

Temos aqui como fonte de inspiração os seguintes trabalhos: Daniel Miller, intitulado “Treco, Troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material”, publicado em 2013, Miller explora o relacionamento humano com objetos do cotidiano e como esses objetos desempenham papéis significativos em nossas vidas e identidades. Ele argumenta que os objetos têm um impacto profundo em nossas experiências, emoções e relações sociais. Miller conduz uma pesquisa etnográfica detalhada, examinando como as pessoas atribuem significados a coisas comuns, como roupas, móveis e dispositivos eletrônicos, e como esses objetos se tornam parte integrante de nossa identidade e cultura. O trabalho de Daniel Miller aborda a importância antropológica de objetos aparentemente triviais em nossa vida diária e oferece insights sobre como os objetos influenciam nossa forma de viver e interagir com o mundo ao nosso redor. É uma leitura interessante para quem deseja entender melhor a relação entre sociedade, cultura e objetos do cotidiano. Já o trabalho de Rafael Souza, intitulado “Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica” publicado em 2015, explora o impacto da globalização e do consumo nas populações sertanejas sob a perspectiva da arqueologia. Isso inclui investigações sobre como a globalização afetou as práticas culturais, econômicas e de consumo nas áreas rurais do sertão. A abordagem diacrônica permite analisar essas mudanças ao longo do tempo, levando em consideração a evolução das sociedades sertanejas. Mostrando que a arqueologia pode ser usada para investigar vestígios materiais e culturais que fornecem insights sobre a interação entre as comunidades sertanejas e os fenômenos globais, como o consumo de bens, tecnologia e influências culturais.

Já o trabalho de Ana Heberts, intitulado “Arqueologia das Populações Sertanejas no Nordeste Brasileiro”, publicado em 2019, aborda a pesquisa arqueológica relacionada às populações que habitam a região do sertão nordestino do Brasil. A região do sertão é conhecida por suas características geográficas e culturais específicas, incluindo áreas áridas e semiáridas. O trabalho aborda estudos arqueológicos que buscam entender a história, cultura e modo de vida das populações sertanejas ao longo do tempo. Isso envolve a análise de artefatos, estruturas, sítios arqueológicos e outros vestígios materiais para traçar a evolução das sociedades no nordeste

brasileiro. Além disso, o trabalho explora como fatores ambientais, mudanças climáticas e migrações influenciaram as comunidades sertanejas ao longo dos séculos. A arqueologia desempenha um papel importante na reconstrução da história dessas populações e na preservação de seu patrimônio cultural.

Além de considerar os trabalhos mencionados anteriormente na discussão da nossa pesquisa, consideramos a importância e promoção do inventário participativo, que é um passo importante para a contestação e superação dos "discursos autorizados sobre o patrimônio" que nos últimos anos tem promovido uma perspectiva elitista e limitada sobre a definição, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico e cultural (Smith, 2021). Portanto, nosso trabalho se justifica por promover ações e reflexões que contribuem para democratização dos parâmetros e mecanismos de definição do que venha a ser o patrimônio cultural, ou os bens patrimoniais, de uma determinada comunidade; estimulando assim a reflexão e o pensamento crítico sobre esses conceitos.

Na arqueologia histórica praticada desde a década de 1990 no Brasil, trabalhos que pontuam a necessidade de uma prática arqueológica que reforce um discurso o qual venha a abordar as populações sertanejas do semiárido nordestino, dentro de suas especificidades, suas relações simbólicas específicas, respectivas valorações do espaço, capacidade criativa e inventiva, sua economia e relações sociais (Silva, 2022, p. 248).

Emerge como problema de pesquisa identificar quais são as práticas, costumes, saberes, modos de fazer e objetos tidos pelos nossos colaboradores, como representativos da suas memórias durante à suas trajetórias de vida na microrregião de São Raimundo Nonato – PI, e como essas vivências nos ajudam à contar e preservar a história recente das famílias da região estudada e como essas trajetórias foram passadas ao longo dos anos. Os seguintes questionamentos que estão em aberto norteiam a presente pesquisa para a resolução da problemática da nossa pesquisa: Quais as principais práticas, costumes, saberes, modos de fazer e objetos fazem parte da história e trajetória das famílias da cidade de São Raimundo Nonato – PI? Como estes itens foram passados e transmitidos ao longo da história dessas famílias? Como os bens aqui estudados podem compor o patrimônio cultural da microrregião da cidade de São Raimundo Nonato – PI? Qual a importância dessas desses bens na trajetória comum das famílias da região? E como estes podem ser representativos para a história familiar de nossos colaboradores e por que?

Assim sendo a presente pesquisa está estruturada em três capítulos:

No capítulo I, será apresentado a contextualização do tema e área de pesquisa, desde os trabalhos iniciais aos mais recentes a fim de dar um contexto a presente pesquisa.

No capítulo II será apresentado o referencial metodológico que foi utilizado para a realização do presente trabalho na região aqui estudada e os principais autores que utilizamos para o desenvolvimento das pesquisas.

No capítulo III, será apresentado o referencial teórico utilizado para embasar a presente pesquisa, o levantamento bibliográfico e fichamento de obras historiográficas e arqueológicas que discutam sobre o processo histórico e de ocupação da área aqui estudada, além das discussões sobre memória, populações sertanejas, patrimônio cultural sob as diretrizes da Arqueologia Pública e Colaborativa.

Já no capítulo IV e último dessa pesquisa, serão analisados os resultados obtidos com o trabalho realizado, apresentando a trajetória e o registro das práticas, costumes, saberes, modos de fazer e objetos dos grupos familiares da microregião da cidade de São Raimundo Nonato – PI e a análise da cultura material/imaterial representativa do patrimônio familiar e das relações afetivas que motivaram assim a conservação dessas práticas, costumes, saberes, modos de fazer e objetos e como esses podem compor o patrimônio cultural da microrregião da cidade de São Raimundo Nonato – PI, por meio da apresentação dos relatos orais dos membros das famílias Ferreira, Alves, Paes Landim e

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E ÁREA DE PESQUISA

No município de São Raimundo Nonato¹, situado na região sudeste do estado piauiense, encontra-se localizado parte do Parque Nacional Serra da Capivara, um parque que envolve ao todo quatro municípios, sendo protegido pela UNESCO, um dos maiores da Região Nordeste. O povoamento da região sudeste do Piauí, apresenta-se de maneira diversa das demais Capitânicas, como destaca Mott (2010, p. 54):

Seu solo é conquistado partindo-se do interior (do Rio São Francisco) para o litoral. Foi no vale do rio Canindé que Domingos Afonso Sertão, considerado como o descobridor destes sertões, funda várias fazendas de gado, sendo a mais importante, a da aldeia do Cabrobó, que em 1712 é elevada à condição de vila, recebendo o nome de Mocha, sendo instalada somente em 1717, ocasião em que o governador do Maranhão envia muitas famílias para nova povoação, inclusive um magote de 300 degredados, com a finalidade de promover o seu desenvolvimento

O presente município, está localizado na Macrorregião dos Semiáridos Piauienses, Negreiros (2007), destaca que com a expansão do pastoril, durante o século XVII e o século XVIII, muitos grupos de pessoas do sertão foram expulsos e dizimados das suas terras, buscando ocupar terras mais áridas e afastadas as quais ainda não tinham sido ocupadas por colonizadores. O Sudeste do Piauí encontra-se localizado na microrregião Alto Piauí e Canindé, região da caatinga que apresenta clima semiárido, tendo como município polo a cidade de São Raimundo Nonato. Nessas áreas estão localizados os Parques Nacionais Serra das Confusões e Serra da Capivara, constituído um dos maiores acervos arqueológicos das Américas, fornecendo dados e informações sobre a ocupação desses grupos desde o período pré-colonial até os períodos mais recentes de nossa história. As pesquisas arqueológicas relativas ao período histórico no Nordeste focaram, principalmente, a região litorânea, área ocupada inicialmente no Brasil Colônia.

Já no século XVI, é sabido que o povoamento colonial na região Sudeste do Piauí inicia-se na segunda metade. Esse povoamento teria se dado por meio da implantação de fazendas de gados visando o interesse de grupos aventureiros que tinham como finalidade acumular riquezas por meio das terras e mão de obra dos povos nativos e a exploração de pessoas escravizadas vindas da África e seus descendentes (Mott, 2010).

Visto que a historiografia tradicional, ignora tanto a ausência das pessoas indígenas como a atuação dos negros escravizados no processo de colonização do Piauí. É importante reconhecer cada vez mais a atuação desses povos ao longo dos processos de colonização, tendo em mente que

¹ O município de São Raimundo Nonato – PI, tem o município de Brejo do Piauí e João Costa ao norte, ao sul com Fartura do Piauí, a leste com Coronel José Dias e São Lourenço do Piauí e, a oeste com São Braz do Piauí e Bonfim do Piauí.

tanto os povos indígenas quanto os povos negros são, na maioria das vezes, a base das famílias que se estabelecem na região aqui pesquisada; esses grandes fazendeiros apesar de serem “donos” das terras não vem/vão morar nelas.

Ainda na região esses grupos teriam se miscigenado física e culturalmente, em laços de casamento, compadrio e amizade com outras famílias da região e com os nativos da região. Sabe-se que esses grupos familiares estavam envolvidos em atividades relacionadas à agropecuária (Negreiros, 2007). Sabe-se que o povoamento da região Sudeste do Piauí coincide com o povoamento da Região do Norte do mesmo estado. O povoamento do norte ocorreu com populações advindas da região do Ceará entre 1900 e 1920. Porém, a maior parte das famílias da região sudeste do Piauí veio do Norte da Bahia, da grande faixa que compreende Feira de Santana, Xiquexique, Barra e Jacobina.

Assim, partimos do pressuposto que a microrregião de São Raimundo Nonato – PI possui um processo de ocupação e formação desses territórios estão intimamente interligados pelas vivências e estilos de vida dos grupos familiares que ocuparam essas regiões.

Segundo Viana (2018, p. 16), a colonização do Piauí efetivou-se quando os criadores vindos da Bahia e Pernambuco começaram a instalar as suas fazendas do outro lado do rio São Francisco. Duas fazendas se destacam na área dos municípios estudados, a Fazenda Conceição, em Bonfim do Piauí; e a Fazenda Jenipapo, em São Raimundo Nonato. Segundo a historiografia regional, a implantação dessas fazendas possibilitaram a formação e o desenvolvimento de muitos povoados no sudeste piauiense. Considerando a cultura material, pertencente aos grupos familiares associados ao processo de colonização da região Sudeste do Piauí, esses objetos são detentores de memórias familiares, por isso, torna-se necessário analisar a cultura material associada a história desses grupos. Através da análise da cultura material e o registro das narrativas orais é possível compreender as relações sociais e culturais que esses grupos formaram por intermédio destes objetos, que passaram a representar a história familiar e afetiva dos membros desses grupos (Negreiros, 2007).

A região de São Raimundo Nonato conta com um grande número de sítios arqueológicos além de sítios históricos que são de muita importância para o enriquecimento dos dados que ajudam a contar o processo de povoamento da região. Nesse sentido, buscar entender o Patrimônio Cultural isolado das características individuais e coletivas é um equívoco, quando não um desrespeito à sociedade. Tanto a ciência quanto o Patrimônio Cultural têm responsabilidade social (Machado *et al.* 2009, p. 578). Do mesmo modo, é impossível considerar a cultura material de um determinado período sem considerar as memórias individuais e coletivas.

Tendo em mente, que a maior parte das pesquisas de cunho histórico que tratam sobre a ocupação da região do sudeste do Piauí é elitista e limitada, a relevância do inventário participativo e de como ele pode contribuir para superar essas lacunas revela o protagonismo de outros agentes históricos e sociais. O mundo rural sertanejo apresenta uma multiplicidade de territorialidades vinculadas à sua construção material e simbólica pelas diversas populações que vieram habitá-lo ou que já o habitavam anteriormente.

Além daqueles vinculados à economia do gado, negros aquilombados, indígenas e brancos despossuídos habitaram espaços de grande diversidade natural da região: o cerrado - cerradão, campo sujo, matas de galeria, veredas, a caatinga e as faixas de transição entre um bioma e outro (Cunha, 2022, p. 2).

As relações pessoais de parentesco são as conexões predominantes, estas formam um poderoso elemento para o predomínio social das famílias dos grandes proprietários de terras na região Sudeste do Piauí. A formação do parentesco corporativo ocorre quando os grupos familiares possuem um patrimônio a defender. Trata-se, portanto, do significado do parentesco como um código que regula o acesso e transmissão dos recursos básicos da comunidade, fundamentais a produção e reprodução dessa comunidade. Laços matrimoniais entre as famílias, no âmbito das relações sociais, tornam-se um elemento fundamental na identidade. Não raro, a composição de uma comunidade rural é um entrelaçamento de relações de parentesco. (Ribeiro, 2001). É importante compreender como se formam as relações da comunidade detentora do patrimônio material que será aqui identificado e registrado na construção desse inventário, visto que essas relações também nos ajudam a entender em quais contextos, os bens aqui identificados, estão inseridos. Segundo Sarti (1992, p. 1):

A constituição da família como fato cultural pressupõe a existência prévia de dois grupos que se casam fora de seu próprio grupo, dois grupos exógamos. Isso significa o reconhecimento de que o parentesco envolve relações além da relação de consanguinidade, ou seja, relações de aliança também, de afinidade. Assim, rompe-se com a idéia do caráter natural da família. A família não provém da unidade biológica, da mera reprodução. Constitui uma aliança de grupos.

Dessa forma, buscamos nessa pesquisa o estudo de grupos familiares que se constituem como família além de parentesco sanguíneo, mas que se identificam como um grupo familiar por relações de afeto, laços matrimoniais e identidade.

Neste mister, estudar não apenas os espaços associados aos grupos familiares que estão atrelados ao processo de colonização do sudeste do Piauí, mas também a materialidade e as narrativas/memórias espaços associados a essas famílias a partir da perspectiva arqueologia pública e colaborativa adiciona um novo olhar a respeito da ocupação do Sudeste do Piauí.

De acordo com as pesquisas recentes realizada pela autora dessa pesquisa nos anos de 2015 e 2016, intitulada “A origem da família Paes Landim na região sudeste do Piauí”, realizadas por meio de levantamentos orais, sabe-se que a maior parte dessa população do Sudeste é constituída por colonos do Norte da Bahia. Esses povos e famílias saíram da Bahia atravessando o Rio São Francisco e quando chegavam em solos piauienses ocupavam os territórios que atualmente compreendem as regiões de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, São Lourenço, Bonfim, Várzea Branca, Anísio de Abreu, Caracol, São Braz e Guariba.

De acordo com Farias (2001), a família e não o indivíduo ou o Estado, teria sido o verdadeiro fator colonizador do Brasil, exercendo a justiça, controlando a política, produzindo riquezas, ampliando territórios e imprimindo o ritmo da vida religiosa através dos capelães dos engenhos. Sendo, assim consideramos como as famílias na região do Sudeste do Piauí contribuíram para o desenvolvimento histórico, cultural e social da área. As relações pessoais de parentesco são as conexões predominantes, estas formam um poderoso elemento para o predomínio social das famílias dos grandes proprietários de terras na região Sudeste do Piauí.

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitem às próximas gerações (IPHAN, 2016).

Observa-se que a história e memória dos grupos aqui estudados, foram compartilhadas de geração em geração, assim como os seus estilos de vida, espaços e objetos que os cercam. Portanto, caracterizar o patrimônio cultural desses grupos mostra-se como um fator inovador e relevante, tendo em mente que os grupos aqui estudados até então foram negligenciados pela historiografia local (Dyke, 2019). Além disso, uma abordagem arqueológica desse contexto, guiada pelas premissas da Arqueologia Pública e Colaborativa, nos possibilita problematizar as “narrativas autorizadas” (Bezerra, 2013) sobre o patrimônio, que historicamente têm sido construídas pelo Estado e pelas elites sócio-econômicas (Lima, 2019). Assim, como discutido por Silva (2013, p. 1), inventários participativos em comunidades historicamente excluídas, são de extrema importância, pois o reconhecimento de tais patrimônios permite reconhecer a importância das diferentes contribuições sociais para a construção da Nação.

Assim, é importante reconhecer o potencial dos inventários participativos tanto para a promoção e valorização da diversidade, quanto para a contestação dos protocolos tradicionais de definição e gestão do patrimônio cultural. Nas palavras de Primo e Araújo (2018, p. 15):

Um dos objetivos do Inventário Participativo é fortalecer o sentimento de pertencimento e tornar claro que somos produto de pluralidades culturais que convivem no mesmo espaço em diferentes tempos. Portanto, a construção consciente de narrativas, a gestão

coletiva e a comunicação dialógica são conceitos indissociáveis em meio às ações norteadoras desta iniciativa (Primo; Araújo, 2018, p. 15).

Portanto, partindo dessas premissas nosso interesse é realizar um inventário participativo dos bens patrimoniais que seja um instrumento para divulgação e valorização das identidades locais, bem como das narrativas e saberes tradicionais que vem sendo historicamente negligenciados.

Nesse movimento, tal como preconizado pelo IPHAN (2016, p. 9), nosso intuito é “construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas (...) e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas”, promovendo, assim, um levantamento dos bens patrimoniais a partir das memórias e dos anseios da comunidade local. Identificar e caracterizar o patrimônio de grupos que foram “silenciados e ignorados” ao longo de muitos anos é uma tarefa complexa, uma vez que encontram-se poucas fontes bibliográficas e documentais para nortear pesquisas nessa linha, porém é de extrema importância evidenciar a história, trajetória e memória desses grupos para compreender de uma forma mais ampla e completa a história local, o que é potencializado através da promoção de pesquisas arqueológicas. Assim, nosso estudo do patrimônio arqueológico e cultural dos grupos familiares no busca dialogar com os preceitos da Arqueologia Pública e Comunitária, visando compreender a história da população sertaneja da região sudeste do Piauí e seus remanescentes a partir da cultura material e das narrativas construídas por essas pessoas.

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de apresentarmos os direcionamentos metodológicos de nosso trabalho cabe esclarecer que a presente pesquisa se estrutura como uma pesquisa explanatória. Para Gil (2008, p. 27), este tipo de pesquisa exige uma menor rigidez formal e, habitualmente, envolve o levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. Segundo Gil (2008, p.27), pesquisas dessa natureza destacam-se pelo potencial de esclarecer, desenvolver e modificar conceitos e ideias, sendo um modelo adequado de pesquisa especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele. Segundo Lakatos e Marconi (1991) “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Portanto, para desenvolver uma pesquisa científica, o pesquisador deve identificar o problema, delimitar o seu tema e traçar as metodologias a serem utilizadas ao longo da pesquisa. Deste modo, para o desenvolvimento de nossa pesquisa três procedimentos metodológicos foram fundamentais, o levantamento bibliográfico, as pesquisas de campo e o levantamento das narrativas orais.

3.2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico e fichamento de obras historiográficas e arqueológicas sobre as ocupações históricas durante o período de colonização do Sudeste do Piauí, com ênfase na microrregião de São Raimundo Nonato. Além disso, foram consultadas obras que abordam os conceitos e as pesquisas arqueológicas sobre as diretrizes da Arqueologia Pública e Colaborativa, abordando ainda trabalhos que discutem sobre populações sertaneja, memória e a valorização do patrimônio cultural.

Na busca por trabalhos que dialogam com o presente tema, fizemos uso das buscas eletrônicas com auxílio da internet. Nosso termo de busca foi utilizado por meio dos descritores: Inventário Participativo, Memória e Patrimônio Cultural sendo representados por: cultura material, cultura imaterial, comunidades, patrimônio cultural, memória, populações sertanejas e identidade.

Para análise bibliográfica, privilegiaremos a leitura e discussão de obras que abordam os seguintes temas: Patrimônio Arqueológico e Cultural, Inventário Participativo, Arqueologia Pública e Comunidades, Multivocalidade, Arqueologia das Populações Sertanejas e Memória.

Esses textos foram selecionados em periódicos e publicações disponibilizados na internet, bem como em obras físicas disponíveis nas bibliotecas da cidade de São Raimundo Nonato - PI, e de acervos pessoais. Dentre as obras relevantes nesta etapa da pesquisa podemos citar os trabalhos de Almeida (2002), Ascherson (2000), Funari (2002), Souza (2019), Silva (2013), Sancho-Querol (2013), Hodder (1999), Souza (2015), Miller (2007), Jackson (2006), Halbwachs (1990), Alberti (2004), Hobsbawm (1998), Penna (2005).

Realizamos a leitura, análise e fichamento de obras que estejam inseridas dentro das temáticas do Patrimônio Arqueológico e Cultural, Inventário Participativo, Arqueologia Pública e Comunidades, Arqueologia das Populações Sertanejas e Memória. Com essa etapa, além de sistematizar o referencial teórico-metodológico de nossa pesquisa, auferiremos informações que nos auxiliarão a alcançar parte dos objetivos específicos 1, 3 e 4 da nossa pesquisa.

3.3 ENTREVISTAS ORAIS, PESQUISA DE CAMPO E LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

A população amostral escolhida foi a população da microrregião de São Raimundo Nonato – PI. Para isso, antes de ir à campo em busca das pessoas, primeiro foi definido os objetivos da pesquisa, onde foi definido claramente objeto geral da minha pesquisa, as questões da pesquisa também foram definidas para que as perguntas da pesquisa fossem possíveis de serem respondidas com os dados coletados em campo.

Para a realização das entrevistas em campo, foi selecionado grupos de pessoas que foram identificadas na pesquisa de levantamento prévio de campo conhecidas por realizarem alguma prática, costume, saber ou modo de fazer que fosse inserido dentro do nosso campo de busca.

Sendo pré – selecionadas às pessoas que se tornaram alvos de entrevistas para nossa pesquisa, o próximo passo foi a elaboração das perguntas que iriam ser feitas em campo. É importante destacar ainda que todas as entrevistas orais realizadas nessa pesquisa foram realizadas de forma semi – estruturadas. As entrevistas semi – estruturadas conta com perguntas já semi – elaboradas, porém, com uma maior flexibilização na condução da entrevista, podendo serem feitas novas perguntas ou até mesmo reformular as entrevistas já semi – elaboradas.

Considerando a adaptabilidade e flexibilidade da técnica de entrevista semiestruturada e seu amplo uso em diferentes áreas do conhecimento, o objetivo deste artigo é sistematizar diretrizes a respeito de sua utilização em pesquisas científicas. Em nossa avaliação, a técnica de entrevista pode ser dividida em seis etapas, sendo elas ordenadas da seguinte forma: elaboração e testagem do roteiro de entrevista; contato inicial com os participantes;

realização das entrevistas; transcrição das entrevistas; análise dos dados e relato metodológico. Diretrizes serão apresentadas em relação a cada uma dessas etapas e será dado especial destaque à transcrição e ao relato metodológico da entrevista, por serem fases costumeiramente negligenciadas tanto em estudos que empregam a entrevista... quanto em trabalhos que sistematizam recomendações para o uso dessa técnica (Guazi, 2021, p. 3).

Tendo isso em mente, ao entrevistarmos sobre as práticas, modos de fazer, costumes, saberes e objetos, as principais perguntas que realizamos foram: Há quanto tempo você conhece essa prática? Quem foram as primeiras pessoas que você se lembra de fazer isso? Quem te ensinou? Você tem algum lucro financeiro com essa prática? Quais as memórias que te remetem essa prática ou esse objeto? Qual a importância desse costume, prática ou objeto para você? Você acha que essa prática, modo de fazer, costume ou objeto tem alguma importância pra trajetória da sua família?

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e qualitativa, enfatizando a identificação do patrimônio material e imaterial dos grupos estudados na microrregião de São Raimundo Nonato – PI. Assim, para melhor compreensão, na discussão dos resultados foram formadas categorias temáticas, o que exigiu a comparação dos resultados da bibliografia selecionada com o conhecimento teórico.

Para nos auxiliar, no processo de identificação dos modos de fazer, práticas, saberes, costumes e objetos, as entrevistas orais foram fundamentais. Para Matos e Senna (2011, p. 9):

O levantamento oral, centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não.

O uso de fontes orais ainda pode ser usado para trazer o protagonismo aos grupos que foram ignorados até então pela historiografia oficial e, dessa forma, valorizar os indivíduos “que em seu esforço cotidiano deixaram suas marcas na terra onde trabalhavam e produziam, forjavam e eram forjados no cotidiano de sua ação” (Araújo, 2013, p. 3).

Segundo Araújo (2013, p. 4), o uso da memória como documento histórico pressupõe o trabalho com uma técnica contemporânea de pesquisa, com a qual se é capaz de ouvir o oprimido, recuperar trajetórias de inúmeros grupos sociais dominados e esquecidos por uma historiografia elitista.

Não somos detentores do controle e nem podemos selecionar a ordem que essas lembranças surtem, todavia, podemos registrar como essas lembranças ganham vida, dessa forma controlamos como essas memórias ganham vida própria para o público (Matos; Senna, 2011, p. 96-97).

A pesquisa qualitativa nos permitiu realizar a coleta e a análise de dados que buscam compreender e interpretar contextos históricos complexos. Nos permitindo assim explorar significados, experiências, perspectivas e processos subjacentes. Nos permitindo ainda compreender a perspectiva e os processos dos participantes envolvidos, sendo possível por meio desse método a coleta de informações valiosas para o desenvolvimento de pesquisas realizadas a partir de dados coletados em campo, considerando as conversas informais, registro fotográfico e prospecções arqueológicas não interventivas, com a realização de caminhamentos nas áreas e locais indicadas pelos colaboradores.

A pesquisa aqui realizada por meio da contribuição de relatos orais nos ajuda a fazer o registro dos bens culturais que fazem parte da história dos grupos familiares aqui pesquisados, tendo como base, o levantamento de dados que possa nos ajudar a contar a história da região pesquisada a partir do registro dos seus bens sejam eles de natureza imaterial/material. Os saberes envolvem o conhecimento de técnicas e matérias-primas que dizem muito sobre o meio ambiente e o modo como as pessoas interagem com ele (IPHAN, 2017, p. 68).

Quanto ao levantamento documental e aos trabalhos de campo voltados à coleta de narrativas orais e realização do inventário participativo, é preciso esclarecer que cientes que a abrangência do nosso universo de pesquisa pode inviabilizar a realização deste trabalho em tempo hábil, optamos dessa forma, por limitar e definir os “grupos familiares” que serão focados em nossas análises. Assim, os personagens de nosso estudo serão representados pelas famílias Ferreira, Alves, Paes Landim e Silva. Essas famílias foram selecionadas pela construção da memória coletiva das suas práticas, modos de fazer e costumes, por meio do levantamento oral de pessoas conhecidas por ainda realizarem essas práticas, modos de fazer, costumes, saberes e objetos.

A seleção desses grupos também pauta-se nos resultados de pesquisas anteriores desenvolvidas pela autora entre 2015-2019, quando foi possível identificar por meio de levantamento documental e etnográfico alguns dos grupos familiares que estavam povoando a microrregião de São Raimundo Nonato no século XIX.

Para o desenvolvimento do inventário participativo, empregamos os princípios teórico metodológicos da pesquisa-ação, que se destaca como uma produção acadêmica comprometida socialmente (Franco, 2005; Thiollent, 1986). Com isso em mente, a pesquisa-ação é definida como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986, p. 14).

Do ponto de vista prático, o planejamento e execução dos trabalhos de campo se pautaram nas diretrizes presentes no manual de aplicação do Iphan sobre “inventário participativos” (IPHAN, 2016). Deste modo, inicialmente, foram realizadas as visitas de campo para identificação e consolidação da rede de colaboradores, e encontros posteriores para apresentação dos objetivos e procedimentos para realização do inventário.

De modo geral, o “inventário” em si foi elaborado a partir de uma série de entrevistas orais que serviram de base para apresentar os dados levantados nessa pesquisa, de modo que esses dados pudessem ser apresentados e registrados nessa pesquisa, sobre os bens patrimoniais: As atividades de campo consistiram em entrevistar pessoas e documentar, por meio de anotações, gravações de áudio e fotografias.

Nessa pesquisa, foram registrados somente os bens identificados e as informações selecionadas pelos colaboradores. Deste modo, buscamos realizar uma descrição desses objetos, práticas, costumes, modos de fazer e narrativas, “de forma a identificar e tornar conhecidas as manifestações culturais de lugares, grupos e coletividades” (Confederação Nacional de Municípios, 2015, p. 13).

Os principais pontos que foram abordados durante as entrevistas foi a história; vida cotidiana no passado e presente; trajetórias e memórias afetivas; produção, aquisição, uso e descarte de objetos.

O perfil do público entrevistado, tal como em qualquer inventário participativo, não deve ser homogêneo ou conter restrições. Assim, acreditamos que embora as pessoas idosas (especialmente os patriarcas e matriarcas dessas famílias e pessoas acima de 60 anos de idade) possam ter vivenciado e se lembrarem de uma gama maior de fatos atinentes à história local e de suas famílias, essas memórias tendem a ser construídas e compartilhadas coletivamente, como discutido por Halbwachs (1990). Deste modo, jovens (15 a 25 anos) e adultos (25 a 59 anos) também foram entrevistados, sendo colaboradores importantes para analisarmos quais os objetos e locais estão sendo atualmente percebidos pelos membros destas famílias como representativos de suas trajetórias.

Nessa etapa foi possível registrar as narrativas sobre a trajetória desses grupos familiares e identificar os objetos, modos de fazer, costumes, saberes e práticas representativos dessa história. Com isso, além de conseguir os dados necessários para o preenchimento das fichas que compõe o inventário participativo, ainda geramos meios para alcançar os objetivos específicos 1, 2, 3, 4, e 5.

O inventário participativo é feito por meio de pesquisas de temas da cultura em livros, revistas, jornais, fotografias e internet. Dessa forma foi necessário que se visitem centros culturais, arquivos, bibliotecas, museus e instituições que trabalhem com cultura (IPHAN, 2017, p. 9).

Foi necessário ainda que conversemos com quem produz e conhece as referências culturais pesquisadas, como mestres de cultura popular, parteiras, contadores de histórias, artesãos, cirandeiros, entre outros. Também é importante buscar mais informações com professores, estudiosos e pessoas que trabalham em instituições de cultura. Nesse sentido, é importante saber quais são os bens patrimoniais culturais reconhecidos oficialmente em seu estado e cidade (IPHAN, 2017, p. 9).

Para realizar esse inventário, foi fundamental realizar conversas e diálogos com quem produz e conhece as referências culturais pesquisadas, “como mestres de cultura popular, parteiras, contadores de histórias, artesãos, cirandeiros, entre outros (IPHAN, 2017, p. 9)”. Para essa pesquisa, conversamos e dialogamos diretamente com pessoas que produziam os saberes e modos de fazer da cultura aqui inventariada.

No intuito de identificar quais são os bens patrimoniais culturais reconhecidos oficialmente em seu estado e cidade (IPHAN, 2017, p. 9).

Antes de iniciar o trabalho, procuramos entender quais são as fichas do inventário apropriadas a cada etapa do projeto. Esse passo é fundamental para a condução da pesquisa e o preenchimento das fichas correspondentes.

Para (IPHAN, 2017, p. 17), essas são dicas importantes para a pesquisa: Organizar a equipe e a distribuição de tarefas; Levar cadernos para anotar as informações; Organizar o material de campo para não perder os desenhos e as anotações; Consultar antes as pessoas que vão entrevistar, para saber se elas estarão disponíveis; Sempre que forem entrevistar alguém, explicar antes os objetivos do trabalho e procurem criar uma relação de confiança com o entrevistado. Se não conseguirem do entrevistado as informações que procuram, paciência. Não se esquecer de que as pessoas dão o tempo e os conhecimentos de que dispõem e que, sem elas, é impossível realizar o trabalho; Procurar entrevistar várias pessoas sobre a mesma referência cultural, para obter diversas opiniões, histórias e significados. A pesquisa será até mais rica e intrigante quando as respostas forem diferentes ou contraditórias; Entrevistar várias pessoas de diferentes idades. Jovens e idosos podem revelar informações sobre as transformações da referência cultural; Procurar entrevistar pessoas que tenham relações diferentes com a mesma referência cultural: o mestre e o brincante, um proprietário de imóvel e um mestre de obras, o grafiteiro e o morador da rua grafitada etc.

Por isso é importante, segundo o IPHAN (2017): Documentar a pesquisa com os equipamentos sugeridos; gravar as entrevistas, fazer anotações, desenhos, fotografias e filmagens;

procurar descobrir se há alguma pessoa no grupo ou na comunidade que trabalhe com audiovisual e que esteja disposta a participar.

Já para a documentação, o IPHAN (2017) fornece as seguintes orientações: aprender a usar os equipamentos para gravar, fotografar e filmar com qualidade; explorar as possibilidades e os recursos do equipamento antes de ir a campo; anotar as informações, indicando sempre quem fez a anotação e a data; sempre anotar o nome da pessoa entrevistada, local e data; quando registrarem sons ou vídeos, gravar uma breve introdução informando quem são as pessoas e qual conteúdo está sendo gravado.; informar também o lugar e a data da gravação. Sempre que fotografarem ou filmarem pessoas, individualmente ou em grupo, peçam autorização para tal. Se a pessoa não quiser, não tentar fazer isso sem que ela perceba. No caso das fotos, é preciso anotar sempre os dados sobre quem ou o que foi fotografado, com a data, o lugar e o nome de quem fotografou. Tudo isso deve ser anotado na hora em que é feita a foto; fica difícil lembrar de todas essas informações depois; Descarregar as fotos em um computador e criar pastas indicando a data e a temática toda vez que forem reunidas fotografias sobre a referência cultural. Depois de realizar uma entrevista, é interessante ouvir e ver as gravações e anotar os comentários. É possível perceber coisas que não foram anotadas na hora da entrevista.

Segundo o IPHAN (2017, p. 68), a realização de um produto ou serviço envolve técnicas e conhecimentos próprios que podem se constituir em referências culturais para o grupo, como a receita de uma comida, ou uma técnica especial empregada para tocar ou produzir um instrumento musical. São saberes que podem ter sentido prático ou ritual e que, às vezes, até reúnem as duas dimensões.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

As imagens dos objetos também “circulam” nos meandros das memórias dos sujeitos, carreando lembranças de situações vividas outrora, permeadas por certas sutilezas e emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus vínculos com o seu lugar de pertença (Silveira *et al.*, 2005, p. 40).

O objeto, portanto, fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida (Silveira *et al.*, 2005, p. 40).

Um discurso encarado como documento é sempre sobre algo a desvendar, sobre fatos históricos a serem interpretados de variadas maneiras. Em contrapartida, o discurso pensado em termos de monumento é considerado em seu volume próprio, em articulações que necessitam ser pensadas a partir de sistemas de poder imanentes à formação dos saberes. O que importa não são objetos supostos os mesmos com suas variadas representações, mas a formação desses objetos por meio de problematizações que implicam práticas (Oneto, 2019, p. 30).

A antropologia do objeto documental, partindo do princípio de que o objeto, e o conjunto de imagens que traz consigo, tem um lugar muito especial no contexto epistemológico da disciplina. Primeiro, por ele materializar concepções culturais das mais diversas que, a partir dele, possibilitam a compreensão de outros domínios que engendram a cultura, como, por exemplo:

na economia (os braceletes de pérolas para os melanésios, no Pacífico Sul; a canoa Karajá, no Araguaia; os caramujos xinguanos, no Parque Nacional do Xingu; assim como a caneta, a moeda, o celular, o mouse), ou na política (o papel/pergaminho onde foi impressa a Lei Áurea, assinado pela Princesa Isabel, depositado no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro; a bala que matou Getúlio Vargas, representada de forma museal no Palácio do Catete; a escrivania de Pedro Ludovico, no Palácio dos Condes, na cidade de Goiás; ou o gravador de Mário Juruna no Congresso Nacional) (Silveira *et al.*, 2005, p. 41).

Sobre uma perspectiva do inventário participativo e patrimônios familiares, é importante considerarmos como os objetos refletem a história e dinâmicas dos grupos das quais estes objetos estão inseridos, e quando o pesquisador se permite é possível dialogar com estes objetos, por assim dizer, de modo que eles imprimem por meio dos seus traços físicos e culturais a história e as vivências de um povo. O objeto documenta, imprime certas marcas nos sujeitos, dinamizando interna e externamente um processo comunicativo intercultural (Silveira *et al.*, 2005, p. 43). Compreendemos que as histórias dos sertanejos também encontram na cultura material um amplo arcabouço para discussão e reflexão sobre suas vivências, “permitindo penetrar no universo daqueles que não tiveram o direito e a possibilidade de escrever sua própria história” (Silva, 2020, p. 242).

Ingold (2012), reflete sobre como “dependemos”, por assim dizer, das coisas materiais para realizar nossas atividades no dia a dia, como esses objetos agenciam e tornam possível o desenvolvimento de nossas tarefas, e que sem eles quase nada é possível fazer. Bezerra (2017 p. 117), destaca que o entendimento das formas de apropriação do que denominamos “patrimônio arqueológico” não pode prescindir do mapeamento dos modos perceptuais de fruição.

Deve-se enfatizar repetidamente que os Novos Materialismos não ignoram ou rejeitam propositalmente os seres humanos. Um, no entanto, reconhece de antemão que nós, humanos, somos seres entre outros seres no mundo. Embora isso possa ser interpretado como uma questão de ênfase, é aqui apresentado principalmente como uma questão empírica. Novamente, nossa capacidade de chegar a tipos específicos de coisas não é tão simples (Witmore, 2014, p. 209).

Witmore (2014), destaca que os Novos Materialismo desafiam os arqueólogos à irem além na interpretação dos seus contextos cotidianos e como essas novas mudanças da materialidade acabam tornando difícil o despertar de uma interpretação curiosa por parte dos arqueólogos no entendimentos desses novos contextos materiais por assim dizer.

Ainda dentro dessa discussão de pessoas versus coisas. Ao citar Pollard, Ingold (2012, p. 35) destaca que este ao concluir um importante artigo sobre “a arte da deterioração e a transformação da substância”, ele nota que coisas materiais, assim como pessoas, são processos, e que sua agência real está justamente no fato de que “elas nem sempre podem ser capturadas e contidas.

Ruibal (2017), discute que o patrimônio é parte integrante da memória e da história de um povo, discutindo que o reflexo de um patrimônio universal é quando este torna-se um ponto turístico por assim dizer, podendo ser reconhecido assim por todos. São inúmeras as discussões e questões que os dados arqueológicos levantam, “cujas respostas poderiam estar relacionadas não somente a arqueologia, mas em favor de uma interdisciplinaridade que envolvesse antropologia, história, geografia, sociologia e outras ciências que manifestassem preocupações com abordagens concretas da natureza humana de um “sertão iletrado” (Silva, 2020, p. 249).

Ao discutir sobre a “Guerra dos Canudos” e o valor de cada objeto, Silva (2020, p. 252), defende que as peças podem estar definidas nos seguintes valores: valor de uso; valor de troca; valor simbólico; e, valor.

Busca-se com esse trabalho, sob inspirações dos trabalhos de Souza (2015) e Silva (2020), tratar sobre as práticas, modos de fazer, costumes, saberes e objetos dentro de perspectivas descolonizadas, multivocais e inclusivas acerca das populações sertanejas que foram deixadas a margem de registros documentais variados, além dos discursos e representações que tratam o sertão pelas noções de estático, isolado, degradado e pobre.

Nós enquanto pesquisadores podemos ajudar a sociedade em geral a reconhecer o patrimônio como herança universal, visto que este passa a ser de todos nós à medida que passa a ser reconhecido como patrimônio.

pensar na história e memória de maneiras que contornam a estrutura de herança capitalista-modernista. Esta estratégia também pode ser uma forma de reavaliar e recriar vínculos com as tradições e a cultura popular, um reino que foi abandonado por abordagens elitistas liberais ao patrimônio e isso ajudou a quebrar os laços com as pessoas que se sentem apegadas a essas formas culturais (Ruibal, 2017, p. 9).

As discussões de Ruibal são bastante pertinentes e pode nos ajudar à centrar nas discussões em pautas que antes não foram discutidas sob uma perspectiva arqueológica.

A diversidade global dos significados do patrimônio cria uma variedade de compromissos que revelam os processos sociopolíticos e culturais em ação na definição (ou seleção) do patrimônio em primeiro lugar e na modulação da resposta das comunidades e dos indivíduos a ele.

Ainda em relação a arqueologia e cultura material, a arqueologia acaba por auxiliar na sua compreensão em escala temporal, formando no desenrolar dos processos de interdependência global e de modernidade.

As populações tradicionais carregam consigo parte da memória do país, a forma como organizaram neste espaço as especificidades relacionadas à reprodução social, cultural e material que fazem parte da história do Brasil rural. Apontam para as práticas tradicionais que já não fazem parte do cotidiano das populações modernas vinculadas à reprodução capitalista (Cunha, 2022, p. 18).

Acredito eu, que a principal ferramenta para uma valorização adequada do patrimônio arqueológico é a Arqueologia Pública, está na minha concepção permite uma conscientização da importância do patrimônio não só para a comunidade científica, mas principalmente para a própria comunidade local detentora deste. O texto intitulado “Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics” dos autores Lorna-Jane Richardson e Jaime Almansa Sanchez, faz uma importante reflexão sobre a missão e o valor da arqueologia pública. Os usos diversos da categoria “patrimônio”, explorando suas concepções nativas. Eles mostram que aquilo que poderíamos designar a “vida social” dos “patrimônios” inclui necessariamente as diversas formas de recepção e usos de objetos e espaços, assim como seus efeitos sobre aqueles que os classificam na vida cotidiana (Gonçalves, 2013, p. 11). Preservar se torna essencial à medida que fazemos história, só assim é possível que a história de um povo e sua cultura sobreviva ao longo do tempo.

A preservação não é meta-histórica, mas histórica. Tendo em conta o significado vigente de patrimônio, a obsessão pela preservação em nossa época e a inevitável transitoriedade histórica de ambos, surge a questão se vale ou não a pena tentar preservar “o legado do patrimônio” para o futuro (Holtorf; Stollmeier 2017, p. 196).

Ao discutir sobre a cultura, Otner (2011, p. 4) define que a cultura é um produto de seres socialmente atuantes tentando dar sentido ao mundo no qual eles se encontram, e se nós pretendemos dar sentido a uma cultura, nós devemos nos situar na posição a partir da qual ela foi construída.

O estudo da cultura material este rearranjo da oposição entre pessoas e coisas, sujeitos e objetos, não implica numa pretensão em se abordar verticalmente os trechos, de maneira a colocá-los acima ou abaixo da humanidade, mas trata-se, antes, de situá-los numa perspectiva horizontal, na qual humanos e coisas possam ser observados e percebidos a partir das inúmeras relações entre eles. Isto representa jamais perder o foco nas coisas (Zahar, 2013, p. 379).

A natureza da relação sujeito–objeto, tal como a modernidade ocidental veio a concebê-la, em que os objetos servem tão somente aos propósitos e necessidades de um sujeito soberano, não é algo evidente para a maioria das sociedades existentes no planeta (Gonçalves, 2013, p. 9).

Toda ação de preservação equivale, portanto, a um conjunto de medidas que assegurem a integridade de algo, evitando a sua destruição ou descaracterização. Associada ao termo ‘patrimônio’, a preservação adquire uma importância que transcende a esfera individual, alcançando uma dimensão coletiva, na medida em que o patrimônio compreende um legado cultural a ser transmitido de uma geração a outra. Preservar um patrimônio cultural compreende guardar e resguardar não apenas os artefatos materiais, mas também histórias, memórias e significados de que são portadores esses elementos materiais (Almeida, 2018, p. 324). A concepção linear de tempo pode ser representada por uma flecha ou uma linha: a linha do tempo cronológico, histórico, datado. Na linha do tempo, é possível situar um ponto do passado longínquo: o início da História da Humanidade, das civilizações, da nossa sociedade, os fatos políticos e econômicos que marcaram acontecimentos históricos, e ainda o ano de nascimento de cada um de nós (Souza, 2015).

Referenciado Saargarende em que este defende que o consumidor não é agente passivo reduzido pela sociedade de consumo, deve haver uma enorme variedade de maneiras através das quais as pessoas se relacionam com produtos. Souza levanta outros questionamentos: Como novos objetos e novos materiais dialogam com esta realidade? Como e quando chegam de onde vêm, como são acessados, utilizados e ressignificados? Como esta cultura material dialoga com processo que enredam pessoas e objetos juntos, em escala global, mas permitem a criação e a manutenção de grupos sociais? Defendendo que a análise arqueológica contextual, em sua dimensão estatística e sociológica, em especial concernente a áreas de descarte de refugo doméstico, dá especial atenção a coleta de dados que sustenta estudos de frequência, recorrência, ausência e permite olhares complementares as abordagens não quantitativas de consumo (Souza, 2015).

Se considerada a dinâmica de transformação a que estão naturalmente sujeitas as pessoas e as coisas, entende-se que a preservação deve ser necessariamente resultado de um pacto social, que se estabelece a partir do interesse de se manter certos objetos (suas memórias e histórias) ou, ao menos, alguns registros e documentos que revelem traços de sua existência, uma vez constatada a impossibilidade de se conservar o próprio objeto material.

O inventário pode ser entendido como um processo de busca, equivalente à produção de provas, com as quais não só é possível alcançar descobertas, realizar achados, mas também discriminar bens a serem transmitidos a gerações futuras. Essa mesma associação de significados pode ser atribuída à noção de patrimônio, também inicialmente circunscrita à esfera familiar, passando em seguida a abranger um entendimento mais amplo que, com o transcorrer do tempo, adquire uma forte conotação cultural (Almeida, 2018, p. 325).

As noções de preservação, inventário e patrimônio com um viés elitista e limitado e para apresentar como as propostas da arqueologia pública e colaborativa, bem como a realização de inventários participativos são um caminho para superar essa situação. Admitindo que o inventário possa ser entendido como um documento histórico que discrimina o que interessa manter para a posteridade, é possível reconhecer a importância dos critérios que norteiam a sua elaboração, assim como do efeito desencadeado por sua realização, justamente por constituir um instrumento indispensável de identificação e catalogação que permite individualizar não apenas artefatos produzidos pelos homens, mas também as memórias e histórias das quais esses objetos são portadores (Almeida, 2018, p. 326). A concepção linear de tempo pode ser representada por uma flecha ou uma linha: a linha do tempo cronológico, histórico, datado. Na linha do tempo, é possível situar um ponto do passado longínquo: o início da História da Humanidade, das civilizações, da nossa sociedade, os fatos políticos e econômicos que marcaram acontecimentos históricos, e ainda o ano de nascimento de cada um de nós (Souza, 2015).

Essa tarefa foi de fato assumida pela Comissão de Monumentos Históricos, criada em 1837 na França, investida da autoridade do Estado, ligada ao Ministério do Interior, e responsável por uma política pública de proteção e conservação dos monumentos pautada essencialmente pelo critério de identidade nacional. De emblemas do antigo regime e alvos de destruição, passam a ser considerados patrimônio público e símbolos da nação francesa, o que os converte em objetos de culto a serem preservados (Almeida, 2018, p. 327).

A memória é um processo de lembranças no qual está implícito o esquecimento, pois os discursos que conferem valor a determinados objetos e imagens calcadas no passado estão cravados no presente e sujeitos a critérios variáveis, a reavaliações atreladas aos valores culturais e aos significados atribuídos a cada um dos elementos considerados, com base em diferentes

possibilidades de interpretação do material histórico examinado. A memória coletiva, na passagem do século XVIII para o XIX, valoriza-se e institui-se como patrimônio cultural. A globalização emerge como um processo incompleto, não finalizado, cujos contornos são formados por práticas sociais e culturais locais, defendendo que as populações rurais estariam dialogando de forma ativa com a chegada de novos e forja outras práticas de consumo, domesticadas forças globais em contextos específicos, persistindo em algumas atitudes, inovando em outras, o que de modo algum configuraria a homogeneização de costumes (Souza, 2015).

Para Souza (2015), a noção de Patrimônio, com a qual nos habituamos, como se ela sempre tivesse existido em todo o tempo e lugar, está diretamente relacionada a uma concepção linear de tempo.

No Brasil da Era Vargas, desse modo, privilegiou-se, como representativo da herança formadora da identidade nacional, o patrimônio histórico e artístico, que, nos anos posteriores ao Decreto-Lei no 25/37, ficou conhecido, sobretudo entre os críticos dessa concepção, de patrimônio da pedra-e-cal. Isso ocorreu por valorizar com preponderância, até mesmo em função da terminologia adotada, os elementos tangíveis da cultura, sobretudo os bens imóveis (igrejas, casas de fazenda, palácios e palacetes, fortalezas, prédios (Macedo, 2014, p. 219).

No Piauí, as fazendas constituíram-se em núcleos efetivos de povoamento, produzindo e consumindo bens e produtos, bem como socializando novos membros em seus valores e normas sociais. Nessas, a endogamia entre as famílias de elite constituiu-se em elemento de fortalecimento político e econômico, preservado através da seleção dos cônjuges (Neto, 2016, p. 7).

A família era, então, tomada como um instrumento de controle social. Para ela convergiam a vida econômica, social e política.

Pode-se falar, então, que os diversos grupos étnicos sertanejos em seus diferentes ambientes naturais formaram identidades múltiplas que refletem as suas especificidades internas e as diferenciam dos outros grupamentos na mesma região. Estas populações, como muitas outras das várias regiões do país, passaram a ter visibilidade política a partir da Constituição de 1988, quando se iniciou um longo debate político incorporado pelo debate acadêmico sobre os seus direitos, seus conhecimentos tradicionais e sobre a importância de resguardá-los, tanto por simbolizarem resíduos históricos que contribuíram para a construção da nação brasileira como pelo fato de serem reconhecidos como os guardadores da biodiversidade dos territórios que habitam (Cunha, 2010, p. 5).

Costa aponta que “a terra não é somente lugar de produção e reprodução, ela é transformada no próprio corpo social, dado que nela estão enterrados os seus ancestrais que instituíram os

seus 'mundus''', suas especificidades estão pautadas nas formas como se relacionam com o ambiente, os seus ancestrais e mitos, expressando a sua historicidade (Cunha, 2010, p. 5).

Podemos pontuar que a análise arqueológica quando trabalha como descrição dos discursos não deve se fechar no interior do próprio discurso, mas ao contrário deve articular o acontecimento discursivo com o acontecimento não discursivo, dessa forma não se fica somente no nível do discurso mesmo sendo este o objeto de análise da arqueologia, deve-se buscar estabelecer uma relação com acontecimentos de outras ordens sejam elas sociais política, econômica e técnicas (Ragusa, 2008, p. 1733).

Essa condição, por vezes, a colocava em oposição ao Estado, por ter assumido uma série de suas funções sociais. No entanto, ao tempo em que os grupos familiares começaram a se engajar no corpo burocrático, e o Estado a retomar para si parte de suas atribuições que lhe eram comuns – ao que muitos interpretaram como redução do poder familiar – a família ampliou suas áreas de influência, fenômeno que se percebe, sobretudo no Império, cuja administração recrutava seus membros no interior dos grupos familiares (Neto, 2016, p. 7).

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 assegura a noção de patrimônio cultural brasileiro aos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Especifica, portanto, a também natureza imaterial – ou intangível, na expressão corrente da UNESCO – da cultura brasileira, ao privilegiar, como elementos desse patrimônio, as formas de expressão, dentre as quais a literatura, e os modos de criar, fazer e viver. Esses elementos estão intimamente relacionados à tradição oral, seja como fonte para o conhecimento acerca das referências patrimoniais, seja como própria expressão dessas referências (Macedo, 2014, p. 220).

O Decreto no 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) (Tamaso, 2006). Esse decreto estabeleceu o patrimônio imaterial em quatro categorias, objetivando seu registro em livros específicos: os saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades), as celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), as formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e os lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas) (Sant’anna, 2000; Macedo, 2014, p. 221).

Mesmo que os índios não estejam mais vivendo na região, pinturas, gravuras, artefatos e ossos encontrados nas urnas e abrigos dos vales, além de povoarem o imaginário local, reafirmam

sua presença entre nós, ainda que, reiteramos, como testemunho residual de um passado perdido no tempo (Martin, 1999, 2003; Martin; Borges; Sena; Saldanha; Almeida; Nogueira; Barbosa, 2008; Borges, 2010). Poderíamos falar, portanto, de lugares de memória onde a presença indígena se faz presente na contemporaneidade – ideia que teve como inspiração a leitura de Pierre Nora (1993, p. 7-28; Macedo, 2014, p. 231).

É preciso, portanto, repensar o lugar dos indígenas no processo de construção da história sertaneja, já que o patrimônio cultural do Seridó não está representado apenas por casas de fazenda, templos, praças, cemitérios e, a exemplo, escolas. A memória sobre os índios – que morreram e/ou resistiram ao avanço da colonização e se misturaram com outros grupos sociais –, transmitida pelos documentos escritos e pela tradição oral e inscrita nos cenários das guerras de conquista, é, também, importante elemento do patrimônio cultural dos seridoenses (Macedo, 2014, p. 231).

As populações tradicionais carregam consigo parte da memória do país, a forma como organizaram neste espaço as especificidades relacionadas à reprodução social, cultural e material que fazem parte da história do Brasil rural. Apontam para as práticas tradicionais que já não fazem parte do cotidiano das populações modernas vinculadas à reprodução capitalista contra a homogeneização plasmada pelos interesses coazer a arqueologia contribuir no entendimento da sociedade moderna pode ser uma forma de participar das “alianças afetivas” (Sallum, 2022, p. 276).

A arqueologia pode ampliar a sua capacidade analítica e interpretativa em um ambiente interdisciplinar, beneficiando-se da convergência de diversos saberes tradicionais, teorias e métodos, e que pode ser adaptada aos programas de pesquisa dedicados a compreender as características específicas das comunidades de práticas, das suas produções que ecoam como firmes referências para ações no presente e futuro (Sallum, 2022, p. 285).

A perspectiva da “tradição” ainda é uma ferramenta teórica usual no Brasil, para compreender a distribuição no espaço e no tempo de materialidades marcadas por certas escolhas tecnológicas, que para o entendimento das sociedades modernas precisa ser contrastada com as informações históricas e as memórias das comunidades (Sallum, 2022, p. 286).

Os saberes tradicionais estão enraizados com conhecimentos e práticas de diferentes tempos e lugares que deveriam ser do maior interesse da arqueologia, como grande oportunidade para acelerar a sua descolonização, considerando de igual valor as mais variadas fontes de informação da diversidade de epistemes (Ragusa, 2008).

A arqueologia é então um método que permite construir uma narrativa histórica que não seja fechada em torno de um centro original, mas ao contrário, nos permite conhecer as práticas discursivas da história no espaço da dispersão.

5 RESULTADOS

Esse capítulo visa apresentar os dados que foram levantados e catalogados em campo, como os bens identificados, registrados e pesquisados, através de coleta de informações em campo que possibilitam a identificação e registro do material das famílias aqui estudadas, na microrregião de São Raimundo Nonato - PI. A primeira etapa para realizar o levantamento dos dados em campo, foi a identificação das pessoas que seriam entrevistadas, esse levantamento deu-se com a pesquisa de campo para seleção dessas pessoas e pesquisa bibliográfica das pesquisas que já foram realizadas na área.

Os seguintes tópicos estão subdividindo esse capítulo: O fogão de lenha pela fala de Dona Dora: “A comida feita na lenha tem mais gosto...”; Enxerto de Plantas pelo senhor Manelo: “Da natureza eu tirava o meu sustento”; Arranca de Mandioca por Dona Beta: “pra fazer a arranca de mandioca, juntava a família, os amigos e os vizinhos, juntava todo mundo, era uma alegria danada”; Artesanatos; Bolsas de crochê e lacre de garrafas; Artesanato com materiais recicláveis: “Um meio de vida”; Roupas fitas de Crochê: “Nas festas o povo ama”; Práticas Culinárias; A Prática da Umbuzada por Dona Dena: “Eu via muito o povo fazendo, minhas tias, irmãs...”; Buchada de bode e Sarapatel por Arioston Silva: “Eu sempre fazia no domingo pela manhã, na folga do serviço...”; Pamonha por Dona Hildenir: “O cheiro era bommm, lembra o interior...”; A Prática da Colheita do Caju por do Zildenir: “No começo juntava muita gente... hoje em dia quase não tem mais...”.

Com isso, iniciamos a apresentação dos dados da presente pesquisa:

5.1 O FOGÃO DE LENHA PELA FALA DE DONA DORA: “A COMIDA FEITA NA LENHA TEM MAIS GOSTO...”

O fogão de lenha é uma tecnologia antiga que tem suas origens perdidas na história. Acredita-se que tenha surgido há milhares de anos, provavelmente na pré-história, quando os seres humanos começaram a dominar o fogo como uma forma de cozinhar alimentos e aquecer seus abrigos.

Os primeiros fogões de lenha eram simples estruturas feitas de pedra, barro ou metal, com um espaço para acomodar a lenha e uma área de cocção onde os alimentos eram colocados. Esses fogões eram alimentados com a queima de lenha, carvão ou outros materiais combustíveis (Perene, 2019).

Com o passar do tempo, os fogões de lenha foram evoluindo. Em diferentes culturas e regiões, foram desenvolvidos designs e técnicas específicas para melhorar a eficiência e o desempenho dos fogões. Por exemplo, na Europa, surgiram fogões de ferro fundido com sistemas de circulação de ar e dutos para aquecer vários cômodos da casa. Na América do Norte, os fogões de lenha eram frequentemente construídos com tijolos e argamassa, com uma chaminé para liberar a fumaça (Alves, 2022).

Durante muitos séculos, o fogão de lenha foi a principal fonte de calor e cozimento em lares ao redor do mundo. Aquecer a casa e cozinhar alimentos em um fogão de lenha exigia habilidades específicas para controlar a temperatura, a ventilação e a combustão da lenha.

Com o advento da eletricidade e do gás natural, os fogões de lenha foram gradualmente substituídos por fogões elétricos e a gás, que ofereciam maior praticidade e conveniência. No entanto, em algumas áreas rurais e em comunidades tradicionais, os fogões de lenha ainda são amplamente utilizados devido ao baixo custo de combustível e à conexão com tradições culturais e culinárias.

Atualmente, também existem fogões de lenha mais modernos e eficientes, projetados para reduzir o consumo de lenha e melhorar a eficiência energética. Esses fogões podem incluir recursos como isolamento térmico, sistemas de distribuição de calor e dispositivos de controle de combustão para maximizar a eficiência e minimizar a emissão de poluentes. Este tipo de fogão tradicional utiliza a lenha como combustível para cozinhar alimentos. Ele é popular em áreas rurais e em algumas comunidades onde a lenha é uma fonte acessível e econômica de energia.

O fogão a lenha é construído com materiais como tijolos refratários, argamassa resistente ao calor e uma câmara de combustão onde a lenha é queimada. Alguns desses possui uma chaminé para a saída dos gases de combustão (Gioda, 2019).

Uma das principais vantagens do fogão de lenha é a sua capacidade de aquecer o ambiente enquanto cozinha os alimentos (Perene, 2018). Ele pode ser uma opção sustentável, pois utiliza uma fonte renovável de energia. Além disso, muitas pessoas apreciam o sabor e o aroma característicos dos alimentos preparados em um fogão a lenha.

No entanto, também existem algumas considerações a serem feitas ao utilizar um fogão a lenha. A queima da lenha produz fumaça e pode gerar poluição do ar, além de demandar uma boa ventilação para evitar acúmulo de gases tóxicos dentro do ambiente.

Além disso, a manutenção do fogão de lenha pode ser mais trabalhosa do que a de um fogão convencional.

Para entendermos a importância do fogão de lenha, entendemos que é importante entrevistar quem já usa o fogão de lenha por muito tempo e tem experiência com a prática, Maria

das Dores foi a escolhida para essa entrevista. Originária do povoado Várzea Branca, no Piauí, próximo à cidade de São Raimundo Nonato - PI, Maria das Dores Assis, hoje com seus 54 anos, conta a sua trajetória com o uso do fogão de lenha ao longo dos anos. Maria das Dores relata que começou a cozinhar no fogão de lenha muito cedo na vida.

Desde criança ela observava sua irmã mais velha cozinhar no fogão de lenha e as mulheres que moravam na vizinhança naquela época. Ainda criança, Dora, assim como era conhecida, observava o fogo do fogão de lenha, que parecia uma atração para ela.

Observava, minha irmã mais velha cozinhando no fogão de lenha, naquela época, não tinha gás e fogão de ferro como tem hoje em dia nos interiores, só os mais ricos que cozinhava em fogão e eles moravam mais era na cidade, minha irmã mais velha sempre cozinhava a lenha na casa dela, e os vizinhos também (Alves, 2023).

Gioda (2019), discute que no Brasil, assim como em âmbito global, estatísticas sobre a produção de energia a partir da lenha são difíceis de obter pela diversidade de usos e a grande produção informal.

É interessante notar que, perante as discussões analisadas, o fogão de lenha faz parte do extrativismo vegetal. Como discute Gionda (2019, p. 134):

O extrativismo vegetal é toda formação florestal natural e espontânea existente no município e da qual, são coletados produtos, abrangendo alimentícios, borrachas, ceras, fibras, madeiras, oleaginosos, entre outros, bem como a produção de nó-de-pinho, árvores abatidas e madeira em tora do pinheiro-brasileiro nativo; e silvicultura é toda formação florestal existente no município que tenha sido plantada e conduzida até a colheita pela ação do homem, abarcando cascas de acácia-negra, folhas de eucalipto, resina, além da produção de carvão vegetal, lenha e madeira em tora, segundo as principais espécies florestais plantadas para exploração (eu-calipto, pinus e outras).

Gionda (2019, p. 137), ainda discute que no Brasil, há uma escassez de informações sobre o consumo de lenha. Os poucos estudos registrados quantificam o consumo de lenha *in loco* em um local específico. Dessa forma, a medida é, geralmente, diferente da média nacional estimada.

É importante notar que o fogão de lenha embora tenha um fundo histórico associado à “pobreza” e muitas vezes essa fato é relacionado a um passado não muito distante, hoje é comum ainda encontrar a sua utilização, seja por comunidades rurais que o utilizam simultaneamente com o fogão e a gás, seja ele utilizado por pessoas que não tem condições socioeconômicas para ter um fogão a gás ou este ainda é utilizado por restaurantes e momentos de lazer, quando alguém prefere comer a comida feita à lenha. Como discute Anibal (2021, p. 30):

Ao descrever como ocorre o processo da colheita da lenha para o fogão por um entrevistado denominado Ribeiro da sua pesquisa, discute que “os pedaços de madeira são cortados, estocados e usados para alimentar o fogão a lenha instalado à esquerda da porta de entrada do seu domicílio. Ribeiro levou o utensílio para casa há três meses, recebido como pagamento por um serviço. Quando, na semana retrasada, o barraco onde a irmã dele vivia foi desmontado, a família se apressou para recolher as ripas e tábuas.

Ainda de acordo com o autor, são elas que, desde então, mantêm em funcionamento o fogãozinho branco de duas bocas, solução encontrada pela família para fugir do peso do gás de cozinha no orçamento doméstico. Antes da lenha, a família dormiu algumas noites sem jantar, não por faltar comida, mas por não ter como cozinhar.

Aníbal (2021), discute ainda que com a pandemia do COVID-19, intensificou-se o uso do fogão de lenha, o autor discute que as pequenas chaminés dos fogões a lenha se multiplicam em todo o Caximba. Funcionário de uma loja de material de construção, José Graci dos Santos recolhe toda a madeira que encontra em canteiros de obras que visita a trabalho:

Quando sobra tempo, aproveita o caminhão da empresa e leva o carregamento ao pai, o oleiro aposentado Pedro Francisco dos Santos, que mora a 11 km da loja, em um casebre de madeira. Com um machado ou um serrote, o velho Santos, de 69 anos, racha a madeira em ripas de 40 cm, que armazena em um caixote grande, na cozinha. Tem sido assim desde o fim de março do ano passado, quando foi obrigado a parar de fazer “bicos” como pedreiro ao sofrer um acidente de trabalho, deixando de ganhar um dinheirinho extra (Aníbal, 2021, p. 29).

Voltando as discussões para a nossa entrevistada, Maria das Dores nossa protagonista da presente discussão sobre o fogão de lenha, se lembra que usou o fogão de lenha por muitos anos como uma necessidade, porque não havia condições financeira para comprar um fogão a gás nas décadas de 80 a 90, época em que Dona Dora começou usar o fogão de lenha. Esta ainda conta que usa hoje em dia com menos frequência, quando vai cozinhar uma comida que exige mais tempo no fogo, assim economizado o gás da sua casa, para Dona Dora:

são situações mais raras essas, ou outra situação que hoje em dia faz ela utilizar o fogão a lenha, quando sente a vontade de comer um prato com o gostinho do fogão de lenha (Alves, 2023).

O fogão de lenha de Maria das Dores foi feito com blocos, um pouco de barro e cimento, por seu marido o Senhor Carlos, todos os fogões de lenha que ela teve foram feitos por seu marido, o fogão tem espaço para 4 painéis, a lenha que dona Dora utiliza, “é pega na mata que tem próxima a sua casa, é importante que a madeira esteja seca e que esteja boa para o fogo...”.

Figura 1- Fogão de Lenha.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 2- Fogão de Lenha.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os estudos apontam que o uso de lenha no país tem acarretado no aumento do desmatamento em algumas regiões, como é o caso da Caatinga. É necessário um melhor manejo das florestas nativas, plantios de florestas comerciais e uma maior fiscalização para reduzir o uso da lenha de forma inadequada (Gioda, 2019).

Dona Dora conta que, antigamente para se fazer um fogão de lenha era muito difícil demorava uns 15 dias para terminá-lo:

a comida na lenha tem mais gosto, antes quando mudava de casa, o marido tinha que fazer outro fogão a lenha, porque com a mudança de casa antigamente não dava pra carregar o fogão nas costas, era feito também um fogareiro de improviso com dois bloquinhos de barro ou de tijolo um do lado do outro, colocava a moita e acendia o fogo (Landim, 2023).

Ao consultarmos a bibliografia que trata sobre o fogão de lenha encontramos as discussões apresentadas por Perene (2018, p. 2), que mais de 85% das famílias rurais do Nordeste do Brasil dependem da lenha para cozinhar, prejudicando a saúde principalmente de mulheres e crianças. Enquanto que nas cidades a cocção com a lenha deixou de ser uma realidade décadas atrás, a população rural continua sofrendo os efeitos negativos do seu uso constante e ineficiente, especialmente nas comunidades tradicionais e de baixa renda.

Sobre os malefícios do fogão a lenha, Perene (2018), discute ainda que a lenha, coletada de remanescentes de matas nativas, continua sendo o combustível predominante no meio rural. A cocção em fogões rudimentares causa uma série de graves problemas:

- Exposição à poluição no lar, afetando a saúde de toda a família, mas principalmente das mulheres e crianças;
- Trabalho doméstico redobrado, pela dificuldade de manter cozinha, panelas, roupas limpas na presença constante da fumaça;
- Tempo e esforço intenso na coleta de lenha;
- Risco de queimaduras devido ao fogo aberto, comumente localizado no chão;
- Desmatamento e degradação florestal, devido ao alto consumo de lenha;
- Aquecimento Global, devido à emissão elevada de gases de efeito estufa causada pela combustão ineficiente dos fogões tradicionais;

A fumaça produzida pelos fogões rudimentares é a segunda maior causa de morte no meio rural mundial segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS e Global Burden of Disease Study, 2010). A OMS estima que há cerca de 2,8 bilhões de pessoas que ainda dependem exclusivamente de combustíveis sólidos (lenha, esterco, resíduos de colheitas, carvão, etc.) e fogões rústicos para cozinhar e aquecer (OMS, 2016).

Sabemos que hoje em dia está sendo cada vez mais raro o uso do fogão à lenha, ele vem sendo substituído predominantemente pelo fogão de ferro nos últimos anos é possível observar essa grande mudança. Discordamos do autor acima Perene (2018), visto que este esquece-se de considerar a importância que esse tipo de fogão teve por anos nas comunidades rurais de todo o Brasil. Sabemos que ele foi o principal meio pelo qual tornava possível a subsistência das comunidades rurais, possibilitando que estas pudesse cozinhar suas comidas diárias. Visto que o gás de cozinha e o fogão de ferro foi durante um bom tempo teve seu acesso difícil para as

comunidades rurais de todo o Brasil e até mesmo para as pessoas que moravam na cidade e não tinham condições econômicas de ter acesso á este.

5.2 ENXERTO DE PLANTAS PELO SENHOR MANELO: “DA NATUREZA EU TIRAVA O MEU SUSTENTO”

A prática do enxerto de plantas é um método amplamente utilizado na horticultura e jardinagem para combinar as características desejáveis de duas plantas diferentes em uma única planta.

Sob o olhar atento e a experiência de anos de roça, o enxerto de plantas foi a base por muitos anos da fonte de renda, do senhor Manelo Ferreira Silva, possui 57 anos de idade, atualmente morador do povado Serra Branca, na cidade de São Raimundo Nonato – PI. Durante anos trabalhando com roça, dentre muitas outras fontes de renda que o Senhor Manelo tirava do seu quintal, estava uma técnica que este utilizava para a plantação de árvores frutíferas, essa prática ajudava o senhor Manelo e ajuda até hoje para o progresso mais rápido das suas plantas:

Aprendi com o pai, meu pai sempre foi homem da roça que sempre foi e a minha mãe também uma mulher batalhadora da roça, me ensinou a ganhar o sustento na raça, com garra e suor. Me ensinou também a lidar com os bixos que naquela época... tinha muitos, agora é que tão pouco, aprendi de um tudo, meus irmãos que tinham também. Era difícil fazer uma planta pegar, as vezes plantava a mudinha mas logo morria e pelo enxerto não, seu eu fazer o enxerto de 10, 8 vinga, a planta cresce e pega rápido (Alves, 2023).

E o que o senhor faz com essas plantas?

Comercializo tudo, o principal mesmo e vender os frutos das plantas, se planto coco eu vendo os cocós assim que começa a botar, vou pra cidade e vendo lá, assim eu faço com os caxos da banana e da manga, abóbora eu vendo também, mas não se faz enxerto da abóbora não... (Alves, 2023).

O enxerto envolve a união do caule ou ramo de uma planta (chamada de porta-enxerto) com uma parte da outra planta (chamada de enxerto), de modo que ambas cresçam juntas como uma única planta.

Para se fazer o enxerto deve-se primeiro, escolher uma planta saudável e vigorosa que servirá como base para o enxerto e em seguida escolher uma parte da planta que tenha as características desejadas, como um ramo com bons frutos ou flores, com um facão e um pedaço de pano você consegue fazer a enxertia. Importante realizar o enxerto durante a estação de crescimento das plantas. Faz o corte do porta-enxerto na altura que quer do caule da planta enxertada. Com a faca afiada, faz um corte em forma de cunha no porta- enxerto, cerca de 2 palmos e meio, na parte superior do corte do caule. Envolve a área do enxerto com um pedaço de pano

firme com terra e fica molhando nos próximos dias até a muda enxertada se desenvolver no caule da planta.

Figura 3- Enxerto de Plantas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 4- Enxerto de Plantas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Existem várias razões pelas quais o enxerto de plantas é realizado. O enxerto pode ser usado para combinar a parte superior de uma planta com características desejáveis, como sabor, tamanho ou cor de frutas, com a raiz de uma planta resistente a doenças, pragas ou condições ambientais adversas. Isso permite que a planta resultante herde a resistência da raiz enquanto produz características superiores na parte superior.

Algumas plantas têm dificuldade em enraizar a partir de estacas, mas podem ser enxertadas com sucesso em um porta-enxerto que tenha uma taxa de enraizamento mais alta. Isso permite a propagação de plantas que, de outra forma, seriam difíceis de reproduzir.

O enxerto também pode ser usado para controlar o tamanho das plantas. O uso de um porta-enxerto anão ou semi-anão pode limitar o crescimento de uma árvore ou planta, tornando-a mais adequada para espaços menores ou cultivo em recipientes.

O enxerto de plantas é uma técnica especializada que requer conhecimento e habilidades adequadas para obter resultados bem-sucedidos (Frazon; Carpenedo; Silva, 2010). É importante selecionar o porta-enxerto apropriado e garantir que ele seja compatível com o enxerto desejado. A técnica de enxertia envolve o corte preciso das plantas, alinhamento adequado das partes cortadas e fixação segura para permitir a cicatrização e o crescimento conjunto (Silva, 2021).

Para Costa e Castro (2013, p. 1), a patrimonialização dos saberes, costumes e tradições que caracterizam determinadas regiões do Brasil é uma prática cada vez mais comum desde que foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial por meio do Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000.

A crença de que as histórias, as experiências, as emoções, as formas de fazer, de criar e de preservar o enxerto de plantas ao longo do tempo revelam a presença do sujeito nesta prática nos fez optar pelos estudos de memória social, compreendendo a memória como um fenômeno que produz atribuição de significados e determina modos de viver (Costa; Castro, 2013).

O senhor Manelo, lembra com uma memória afetiva de como aprendeu suas práticas de cultivo:

Meu pai sempre me ensinava como se trabalhar na roça, não era só pra eu não pros meus irmãos também, lá em casa todo mundo aprendeu a se virar desde cedo... (Ferreira, 2023).

A memória propriamente dita, portanto, advém do ato de “lembrar seletivamente”, pois ela “é feita igualmente de esquecimento” (porque é preciso considerar o esquecimento como parte da seleção das lembranças); porém, elabora-se na “expansão da memória” (Alonso, 2016, p. 11).

O autor ainda discute que “lembrar é um ato conjunto” não porque a Memória Coletiva seja a soma das memórias individuais, mas porque, conforme Halbwachs, a memória individual é um “ponto de vista sobre a memória coletiva” temporalmente atravessada por simultaneidades, por “alteridades mais ou menos coesas”. Mas, “cada um de nós tem uma ideia de sua própria memória e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse, sua profundidade ou suas lacunas: aqui se trata então da metamemória” (Alonso, 2016, p. 22).

Analisar a trajetória do senhor Manelo e suas memórias, com à discussão anterior dentro do contexto da análise da entrevista oral, percebemos que ao relembrar suas memórias o senhor Manelo imprimi sua história de vida, suas lembranças, o sentimento da sua família que este tinha

desde à sua vida. Dessa forma, percebemos como a memória afetiva desse personagem está estritamente associada as suas vivências e aprendizados.

5.3 ARRANCA DE MANDIOCA POR DONA BETA: “PRA FAZER A ARRANCA DE MANDIOCA, JUNTAVA A FAMÍLIA, OS AMIGOS E OS VIZINHOS, JUNTAVA TODO MUNDO, ERA UMA ALEGRIA DANADA”

Dona Beta, tem sua casa de farinha, localizada no quintal de casa, com estrutura para até 10 ou mais trabalhadores rurais que trabalham em períodos anuais com ela e seu esposo o senhor Manelo, estes faziam a arranca de mandioca e a produção da farinha de mandioca, produzindo a farinha de mandioca no forno da casa de farinha, para que possam depois esfarinha-la.

Posterior o plantio, é necessário um cuidado específico com a terra e verificação constante para ver se está indo tudo conforme o planejado. É necessário também capinar o terreno, mesmo o tempo para colheita da mandioca seja mais longo. Após isso inicia-se o processo de farinhada e também a colheita da mandioca, com a separação das raízes do caule. Para a mandioca estar pronta e ser transformada em farinha, é necessário realizar a raspagem da casca com o auxílio de uma faca. A raspagem completa de cada mandioca é feita por, pelo menos, duas pessoas. Contudo, cerca de 20 pessoas auxiliam no processo, vizinhos, amigos, mas principalmente pessoas da família dos produtores.

Figura 5- Casa de arranca da mandioca



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 6- Compartimento para arranca da mandioca



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 7- Moedor da mandioca



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 8- Vasilha para esfarinhar a farinha de mandioca



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Figura 9- Forno com a farinhada mandioca



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 10- Forno da mandioca



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 11- Forno



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O processo de arrancar a mandioca envolve remover as raízes da planta de mandioca, também conhecidos como raízes de mandioca.

Antes de arrancar a mandioca, é importante verificar se a planta está pronta para a colheita. Isso geralmente é determinado pela idade da planta e pelo ciclo de crescimento da variedade de mandioca cultivada. A mandioca é colhida quando as raízes atingem a maturidade adequada para o uso desejado.

Primeiro, as folhas da planta de mandioca são removidas. Elas podem ser cortadas com uma foice ou tesoura de jardinagem, deixando apenas o caule principal exposto.

Com uma ferramenta adequada, como uma enxada ou pá, escava-se ao redor da base da planta de mandioca, a uma distância suficiente para evitar danificar as raízes.

Com cuidado, puxa-se a planta de mandioca para cima, aplicando uma força suave para soltar as raízes da terra. As raízes são geralmente agrupadas em cachos, e é importante segurar o caule principal da planta enquanto se puxa para evitar quebrá-lo.

Depois de arrancar a mandioca, é necessário remover qualquer excesso de terra ou resíduos das raízes. Isso pode ser feito manualmente, com o uso de uma escova ou água corrente. Após a colheita, as raízes de mandioca podem ser utilizadas de várias maneiras, como para consumo direto, processamento em alimentos ou para a produção de farinha de mandioca.

A produção de farinha de mandioca por Dona Beta, foi aprendida no seio familiar:

Minha fia, eu aprendi isso com o pessoal mais velho da minha família, minhas tias e a família do meu marido, logo que eu casei eu ajudava eles, eles iam fazendo eu ia observando, juntava aquele horror de gente pra fazer a arranca de mandioca, juntava a família, os amigos e os vizinhos, juntava todo mundo, era uma alegria danada (Landim, 2023).

Com a produção da farinha da mandioca, dona Beta conta que, além de utilizar para consumo, faz venda do produto. As etapas de produção da farinha de mandioca se resumem assim: quando a farinha ainda está molhada, esta é deixada em cima de um saco branco, mais comumente utilizado para armazenamento de grandes quantidades de grãos. Em cima desses sacos, Dona Beta coloca a farinha molhada e deixa ela secando com a luz do sol, até ficar pronta para ser esfarinhada.

Utilizado para subsistência da família e manutenção dessa.

Dava pra tirar uns 15 sacos por arranca, a gente vendia a farinha de mandioca, tirada um dinheirinho, hoje em dia a gente fez o alpende no muro só pra isso todo ano a gente faz (Landim, 2023).

Além da farinha da mandioca, a família da Dona Beta também produz a tapioca, que é uma iguaria feita a partir da mandioca. A farinha de mandioca é produzida a partir da raiz da mandioca, que é moída e seca para se obter uma textura granulada. Essa farinha é amplamente utilizada na culinária brasileira e em muitas outras culturas ao redor do mundo. A tapioca também é produzida por Dona Beta, porém com produção para venda e consumo, por arranca de mandioca Dona Beta consegue vender 80 à 150 saquinhos de tapioca, depende da produção:

A venda é feita no centro, compro os saquinhos e coloco a tapioca fresca dentro, às vezes meu filho mais novo vende de porta em porta no centro da cidade, ou o Manelo, para o carro em um ponto movimentado no centro pra chamar a atenção do povo. Eu dou muito também para minhas irmãs e amigos e vizinhos próximo (Landim, 2023).

Para fazer tapioca, a farinha de mandioca é peneirada e, em seguida, colocada em uma frigideira aquecida sem adição de óleo ou gordura. A farinha é espalhada uniformemente na frigideira e cozida até que as partículas se unam e formem uma massa sólida. O tempo de cozimento é curto, geralmente apenas alguns minutos.

Uma vez que a massa da tapioca esteja formada, ela pode ser recheada com uma variedade de ingredientes, como queijo, coco ralado, carne, frango, presunto, legumes, chocolate, entre outros. A tapioca é dobrada ao meio para fechar o recheio e, em seguida, pode ser servida como um lanche ou refeição leve.

A tapioca é uma opção popular para pessoas com restrições alimentares, como aquelas que seguem uma dieta sem glúten, pois a farinha de mandioca não contém essa proteína. Além disso, é versátil, podendo ser adaptada a diferentes gostos e preferências.

Existem vários caminhos e sujeitos que podem nos permitir conhecer aspectos de uma determinada cultura. No nosso caso, tivemos a oportunidade de entrevistar uma pessoa que circula pelas várias etapas do processo de produção da farinha de mandioca, desde o plantio, o transporte e a produção realizada por dona Beta e família.

Figura 12- Mandioca descascada



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 13- Mandioca



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Observa-se que as relações familiares e de amizade aumentam durante o processo da farinhandá, essas relações ficam mais próximas à medida que cada um tem sua função durante o processo. Como já mencionado em parágrafos anteriores, a farinhandá não se dá apenas para venda, mas também para o consumo da família, dos amigos e vizinhos próximos.

Figura 14- Forno



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

5.4 ARTESANATOS

Para realizar essa pesquisa conversei com dona Neide Silva (58 anos), Marilene Silva (47 anos) e Juliana Lima (45 anos), nesse tópico abordamos diferentes tipos de cultura material e imaterial como o modo de fazer e suas funções sociais dos artesanatos no contexto social.

5.4.1 Bolsas de crochê e lacre de garrafa

As bolsas feitas com o lacre das latinhas se tornaram moda nos anos 2000, na cidade de São Raimundo Nonato. Confeccionadas principalmente por artesãs locais para venda e comercialização, sendo uma fonte de renda. As artesãs, no geral, não compram esses lacres, mas juntava-se esses lacres em latas de refrigerante, que ficam nas ruas da cidade próxima de bares ou

restaurantes e, ainda, muitas vezes solicitam os donos desses estabelecimentos que guardem latinhas para elas, ao invés de jogar no lixo.

Figura 15- Bolsa de crochê



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conversei para realizar essa pesquisa com a artesã Dona Neide, que nos informou que para fazer as bolsas ela usa crochê e começa a tecer o crochê envolta do lacre da latinha, a cada ponto, vai se unindo cada lacre da latinha, após união de cada lacre da latinha com o crochê é feito a alça da bolsa de acordo com o tamanho desejado. As bolsas são vendidas por dona Neide, ajudando assim na subsistência da sua casa. Além das bolsas feitas com o lacre da latinha e o crochê é possível fazer panos de decoração de mesa posta, tapetes para casa e outros diferentes acessórios de artesanato.

Figura 16- Bolsa de crochê



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

É importante destacar que as bolsas não são somente feitas de lacre de garrafas, esse material é bastante comum e popular na confecção de diversos tipos de peças, incluindo bolsas.

As bolsas de artesanato feitas com lã podem ser feitas de diferentes maneiras, como tricô, crochê, tecelagem ou feltragem. Cada técnica oferece resultados e estilos únicos.

No tricô e no crochê, a lã é transformada em fios e trabalhada com agulhas ou ganchos para criar pontos e padrões. É possível criar bolsas de diferentes tamanhos, formas e texturas usando essas técnicas. Dona Neide, faz as bolsas de crochê pra vender e apesar de nem sempre dar pra tirar um dinheiro bom, quando vende ela consegue tirar um dinheirinho, ela fala aos risos. Seu esposo também a ajuda com as vendas e faz também alguns tipos de artesanato mais voltado para objetos...

As bolsas de artesanato feitas com lã são apreciadas por sua beleza, originalidade e conforto. Elas podem ser encontradas em diferentes cores, estilos e padrões, e muitas vezes são peças únicas e personalizadas. Além disso, as bolsas de lã são conhecidas por sua durabilidade e capacidade de manter os objetos protegidos devido às propriedades isolantes da lã.

O crochê também está presente na maioria das peças artesanais produzidas pela Dona Neide, é uma técnica artesanal que consiste em criar tecidos utilizando uma agulha especial e fios diversos, como lã, linha de algodão, acrílico, entre outros. Essa técnica permite criar uma infinidade de peças, desde roupas e acessórios até itens de decoração.

Para fazer crochê, é preciso uma agulha de crochê e o fio ou linha que deseja utilizar. Existem diversos tamanhos de agulhas de crochê, que podem variar de acordo com o fio que você escolher. Geralmente, as agulhas de crochê são identificadas por números que indicam o seu tamanho.

Para começar a fazer crochê, é preciso aprender os pontos básicos, como o ponto corrente, ponto baixo, ponto alto, entre outros. Com os pontos básicos dominados, é começar a criar suas próprias peças de crochê ou seguir receitas e padrões existentes para fazer itens específicos, como cachecóis, gorros, tapetes, amigurumis, entre outros.

O crochê é uma atividade relaxante e criativa, que permite criar peças únicas e personalizadas. É uma técnica versátil, que pode ser praticada por pessoas de todas as idades e níveis de habilidade.

Além disso, o crochê também pode ser uma atividade social, onde você pode participar de grupos de crochê, trocar ideias, compartilhar projetos e fazer amizades com outras pessoas que também gostam dessa técnica. Dona Neide conta que já participou de alguns grupos, mas que gosta mesmo é de fazer sozinha:

Eu já participei de grupos de artesanato, mas nenhum vingaram não, eu gosto de fazer é só pra mim é uma distração, eu começo umas 16 horas da tarde quando não tou fazendo nada e tou assistindo minha novelinha da tarde, pra mim é uma distração, mesmo se eu não vendesse, eu iria fazer porque é bom pra mim... (Silva, 2023).

Existem diversos pontos básicos no crochê que são utilizados para criar diferentes texturas e padrões nos tecidos. Aqui estão alguns dos pontos mais comuns:

- **Ponto corrente (corr)**

É o ponto mais básico do crochê, utilizado como base para a maioria dos outros pontos. Consiste em fazer uma série de laçadas na agulha e passar o fio através delas.

- **Ponto baixo (pb)**

É um ponto simples e utilizado para criar tecidos mais densos. Consiste em inserir a agulha em um ponto específico, laçar o fio e puxá-lo através do ponto e das laçadas da agulha.

- **Ponto alto (pa)**

É um ponto mais alto que o ponto baixo e é usado para criar tecidos mais soltos. Consiste em laçar o fio, inserir a agulha no ponto, laçar o fio novamente e puxá-lo através do ponto e das laçadas da agulha.

- **Ponto alto duplo (pad)**

É semelhante ao ponto alto, mas com duas laçadas adicionais antes de inserir a agulha no ponto. Isso cria um ponto ainda mais alto e mais aberto.

- **Ponto caranguejo (ou ponto de retorno)**

É utilizado para trabalhar em sentido contrário e criar efeitos decorativos. Consiste em trabalhar os pontos da esquerda para a direita (ou vice-versa) em vez do sentido convencional.

- **Ponto pipoca**

É um ponto que cria saliências no tecido. Consiste em fazer várias laçadas na agulha, puxar o fio através do ponto e das laçadas e prendê-lo com um ponto baixo.

Esses são apenas alguns exemplos de pontos básicos no crochê. Existem muitos outros pontos, as bolsas feitas de crochê representam uma forma de expressão artesanal que pode ser considerada parte do patrimônio cultural de uma determinada região ou comunidade. O crochê é uma técnica tradicional que tem sido transmitida ao longo das gerações, carregando consigo elementos culturais, históricos e estéticos.

Dona Neide conta que aprendeu a fazer ao artesanato com sua mãe:

Eu aprendi com minha mãe, ela fazia e eu ficava olhando, sempre ahei bonito e tinha vontade de fazer, quando eu tinha uns 14 anos comecei a fazer também (Silva, 2023).

Quando uma comunidade utiliza o crochê para criar bolsas e outros itens, essas peças podem refletir características distintas da cultura local. Isso inclui padrões de pontos específicos,

escolha de cores, técnicas de acabamento e até mesmo a forma como as bolsas são usadas e incorporadas na vida cotidiana.

As bolsas de crochê podem ser feitas com materiais naturais, como fibras de algodão, lã ou sisal, que podem ter significados simbólicos e conexões com a identidade cultural de uma região. Além disso, as bolsas de crochê podem ser decoradas com elementos típicos, como bordados representando símbolos tradicionais, motivos folclóricos ou temas que remetem à história local.

Essas bolsas, muitas vezes, são mais do que simples acessórios de moda, pois estão intrinsecamente ligadas à identidade cultural de um grupo. Elas podem ser usadas em ocasiões festivas, cerimônias tradicionais ou como parte do vestuário cotidiano, sendo transmitidas entre as gerações como um símbolo de herança cultural.

Dona Neide, conta ainda que já pesou em desistir do artesanato, mas o amor sempre falou mais alto,

Eu sempre amei o artesato, já pesei em desistir várias vezes, mas eu amor fazer artesanato, faço diversas peças, não trabalho só com crochê não, pra mim o artesanato faz bem ate pra mente... (Lima, 2023).

Além disso, a prática do crochê em si também pode ser considerada patrimônio cultural, pois envolve conhecimentos técnicos, habilidades manuais e um conjunto de tradições transmitidas de geração em geração. O crochê é uma forma de arte popular que faz parte da história e da identidade cultural de muitas comunidades ao redor do mundo. Dessa forma, as bolsas feitas de crochê podem ser valorizadas como um patrimônio cultural, tanto pelas peças em si, como pelas técnicas utilizadas na confecção e pelas histórias e significados que essas bolsas carregam consigo. Elas representam a criatividade, a expressão cultural e a preservação das tradições artesanais de uma comunidade.

O modo de fazer bolsas de crochê é uma prática importante para a cultura de uma comunidade sãoraimundense. O crochê é uma forma de expressão artística e artesanal que tem sido transmitida ao longo das gerações e as bolsas feitas com essa técnica representam uma parte valiosa dessa tradição cultural.

A prática de fazer bolsas de crochê envolve habilidades específicas e conhecimentos técnicos que são passados de pessoa para pessoa, muitas vezes dentro de uma mesma família ou comunidade. Essa transmissão de conhecimento é uma forma de preservar a cultura e as tradições locais, permitindo que a arte do crochê seja mantida viva ao longo do tempo.

Lá em casa, foi passado uns pros outros, minha vó passava pra minha mãe, minha mãe pras filhas e assim por diante, minha mãe até hoje faz... (Lima, 2023).

Além disso, a confecção das bolsas de crochê pode estar associada a eventos sociais e comunitários, como encontros de grupos de artesãos, feiras e mercados locais, onde as técnicas e

os estilos de crochê são compartilhados e celebrados. Esses momentos de intercâmbio cultural são fundamentais para fortalecer os laços da comunidade e preservar a identidade cultural.

As bolsas de crochê também podem refletir a história e as influências culturais de uma região específica. Por exemplo, em determinadas comunidades, podem ser utilizados padrões e cores que representam símbolos culturais ou tradições locais. Isso torna as bolsas não apenas objetos de utilidade prática, mas também carregam uma carga simbólica e identitária. Vemos isso quando observamos o padrão de confecção pelas artesãs de bolsas de tampinha de lacre, esse tipo de artesanato ganha um simbolismo para a comunidade que vive na região, se tornando até mesmo representativa, como foi possível observar nos relatos sobre os anos 2000.

Além disso, a produção e venda de bolsas de crochê podem ser uma fonte de renda para as artesãs e artesãos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a sustentabilidade das tradições culturais. Essas bolsas podem ser comercializadas tanto dentro da própria comunidade quanto em outros mercados, valorizando o trabalho manual e promovendo a cultura local.

Em resumo, o modo de fazer bolsas de crochê é uma prática importante para a cultura, pois envolve a transmissão de conhecimentos, a preservação das tradições artesanais, a expressão da identidade cultural e pode contribuir para o fortalecimento da economia local. As bolsas de crochê são mais do que simples objetos, são uma manifestação viva do patrimônio cultural de uma comunidade.

5.4.2 Artesanato com materiais recicláveis: “Um meio de vida”.

Marilene Fernandes (47 anos), moradora da cidade de São Raimundo Nonato - PI, trabalha com artesanato desde criança, ela começou com o crochê, que na época ela fazia do crochê como fonte de renda. Hoje ela trabalha também com vários tipos de artesanatos feitos com materiais recicláveis.

O meio de vida em São Raimundo Nonato - PI, ou você é funcionário da prefeitura ou você não tem fonte de renda. Segundo Marilene, com a falta de renda ela buscou se fazer um curso voltado para o artesanato fornecido pela prefeitura. O curso era voltado para a pintura, onde ela aprendeu a pintar o bico de crochê dela e assim fazer a venda do seu artesanato (Silva, 2023).

Marilene disse que não dá para viver só disso, a valorização do artesanato acontece mesmo segundo Marilene no período dos eventos da cidade como os festejos de agosto, na época dos festejos dona Marilene já começa a investir não só no artesanato mais também no ponto de vendas no centro da cidade.

porque as vezes investe e investe mas não tem retorno. Na feira livre não vale a pena colocar pra venda, só vale a pena colocar o artesanato para venda na feira do artesanato. Faço artesanato muito mais pelo amor do que pelo retorno financeiro. Gosta de fazer e gosta de ensinar para os outros também (Silva, 2023).

Dona Marilene conta, que antes da pandemia vendia muito mais o artesanato na cidade. Depois da pandemia ela conta que essa venda ficou mais difícil.

Figura 17- Lembrancinha de papel de plástico



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O artesanato feito com materiais recicláveis possui uma importância cultural significativa, envolvendo técnicas e práticas tradicionais transmitidas ao longo de gerações. Ao utilizar essas técnicas, o conhecimento cultural é preservado e perpetuado, garantindo que as habilidades artesanais não sejam perdidas no tempo, muitas vezes reflete a identidade cultural de uma comunidade. Os materiais utilizados podem estar conectados a tradições locais, história, folclore e valores culturais específicos. Dessa forma, o artesanato com materiais recicláveis se torna uma expressão tangível da identidade cultural de um grupo ou região.

Marilene fala sobre a importância do artesanato na vida delas,

O artesanato é muito importante, ele pode ser uma opção de fonte de renda, mas além disso representa nossa cultura, nosso lugar e caba sendo uma parte importante da arte da região... (LIMA, 2023).

Ao incorporar materiais recicláveis em seus trabalhos artesanais, as pessoas estão valorizando os recursos disponíveis em seu ambiente local. Essa abordagem sustentável demonstra o apreço pela natureza e pelos recursos disponíveis na região, criando um senso de conexão com o ambiente e a paisagem cultural, incentiva ainda a consciência ambiental e a sustentabilidade. Ao reutilizar materiais descartados, o artesanato com materiais recicláveis destaca a importância da reciclagem, da redução de resíduos e do cuidado com o meio ambiente. Isso pode ajudar a criar uma mentalidade mais ecologicamente consciente dentro da comunidade, pode ter um impacto positivo na economia local. Os artesãos que utilizam materiais recicláveis podem criar produtos únicos e autênticos que são valorizados por compradores conscientes. Isso pode ajudar a fortalecer a economia local, criar oportunidades de emprego e promover o turismo cultural, uma vez que visitantes podem se interessar pela originalidade e pela história por trás desses produtos.

Em suma, o artesanato com materiais recicláveis é uma forma valiosa de preservar e celebrar a cultura local. Ele resgata técnicas tradicionais, reflete a identidade cultural, valoriza o patrimônio local, promove a consciência ambiental e estimula a economia. Além disso, o artesanato com materiais recicláveis pode ser uma ferramenta poderosa para fortalecer o senso de comunidade, proporcionar oportunidades de emprego e promover a sustentabilidade. É importante relacionar a importância do artesanato dentro de uma memória afetiva ou familiar, cabe destacar que as histórias e memórias dos moradores de um grupo familiar sejam narradas para que não sejam esquecidas, para isso é preciso que sejam repassadas entre as gerações. Virar história. Virar uma memória contada por quem, de fato, viveu os acontecimentos de um grupo quando tem o papel de questionar a memória histórica criada como versão única, verdadeira e universal dos acontecimentos. Buscando ferir uma nova história dos grupos familiares de uma determinada região, contribuindo assim para registro da cultura daquele lugar (Coutinho, 2016).

Ao criar produtos únicos e criativos, eles têm a oportunidade de vender suas peças e gerar uma renda adicional para si mesmos e suas famílias. Isso pode ajudar a melhorar as condições socioeconômicas e proporcionar oportunidades de autossuficiência, contribuindo para a inclusão social, oferecendo oportunidades de participação e empoderamento para grupos marginalizados ou desfavorecidos. Pessoas em situação de vulnerabilidade, como desempregados, pessoas com deficiência ou em situação de rua, podem encontrar no artesanato uma maneira de se expressar, desenvolver habilidades e se reintegrar à sociedade.

Atuando também como uma ferramenta educacional para transmitir conceitos de reciclagem, reutilização e conservação do meio ambiente. Ao transformar resíduos em objetos de valor, os artesãos podem conscientizar as pessoas sobre a importância da sustentabilidade e inspirar mudanças de comportamento em relação ao consumo e ao descarte de materiais, podendo promover o fortalecimento da comunidade.

A compreensão superficial de que a função da memória é lembrar o passado, estabelece uma via de mão única para a memória, de modo que ela parte do presente para se fixar no passado. Contudo, a memória vai do passado ao presente e não se detém nele. Está sempre se lançando ao futuro. Desse modo, não consiste ela em uma regressão do presente ao passado, mas um progresso do passado ao presente (Olivindo, 2013, p. 4).

Podendo refletir a cultura e a identidade de uma comunidade específica. Ao criar peças que incorporam elementos culturais locais, os artesãos ajudam a preservar e transmitir tradições, histórias e valores culturais. Isso promove um senso de orgulho e pertencimento à comunidade, além de valorizar a diversidade cultural.

5.4.3 Roupas feitas de Crochê: “Nas festas o povo ama”

As roupas feitas de crochê e lã por grupos familiares da família Silva e Lima, representados nessa pesquisa pelas senhoras Marilene e Juliana, têm um significado especial, pois combinam o aspecto artesanal do crochê com a tradição familiar. Quando um grupo familiar se envolve na confecção dessas roupas, isso pode fortalecer os laços familiares, promover o trabalho em equipe e preservar as habilidades e conhecimentos transmitidos de geração em geração.

Trabalhar em grupo familiar na produção de roupas de crochê pode envolver diferentes membros da família, como avós, mães, filhas e netas, unindo diferentes gerações em torno dessa prática artesanal. A transmissão dos conhecimentos e técnicas de crochê dentro da família cria uma conexão entre passado e presente, permitindo que as tradições sejam preservadas e continuem a prosperar.

Essa forma de trabalho em grupo também pode ter um aspecto social e econômico, especialmente quando as bolsas são produzidas para serem vendidas. Os grupos familiares podem se organizar para criar uma produção em maior escala, compartilhar tarefas, como confecção, acabamento e embalagem, e até mesmo participar de feiras e mercados para comercializar as roupas. Isso não apenas fortalece os laços familiares, mas também pode ser uma fonte de renda adicional para o grupo.

Além disso, a produção de roupas de crochê em grupo familiar pode ser uma maneira de preservar e transmitir conhecimentos culturais específicos para as próximas gerações. Cada família pode ter seu estilo próprio de crochê, com padrões, cores e técnicas únicas, que refletem a identidade cultural da comunidade e da região em que estão inseridas.

Figura 18- Objeto feito com material reciclável



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 19- Linha para fazer o crochê



Fonte: Dos autores, 2023

Figura 20- Material de artesanato feito com crochê



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 21- Roupas feitas de crochê



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Essas roupas feitas por grupos familiares têm um valor especial, pois representam não apenas uma peça artesanal, mas também um elo entre os membros da família, a preservação das tradições e a expressão cultural. Além disso, elas podem ser apreciadas por outras pessoas como produtos únicos e autênticos, carregados de história, habilidade e amor familiar.

As roupas de croche são um trabalho manual que requer tempo, paciência e habilidade. Ao criar roupas de crochê, valoriza-se o trabalho artesanal e reconhece-se o valor do tempo e esforço

dedicados à criação de peças únicas. Isso contrasta com a produção em massa de roupas, destacando a importância da produção artesanal e da valorização do trabalho manual.

Juliana trabalha como Assistente Social, mas também faz crochê. Ao ser entrevistada, ela conta que aprendeu a fazer as roupas de crochê com sua mãe e sua vó:

Aprendi com minha mãe e minha vó, praticamente cresci vendo elas fazendo. O crochê naquela época em que minha vó fazia mais minha mãe há uns 80 anos atrás foi considerado peça de luxo, artigo caro, as pessoas mais humildes não tinham condições de comprar. Minha vó viveu disso por muito tempo, além de ser terapêutico, ela conseguia trabalhar de casa (Ferreira, 2023).

O crochê é praticado em muitas culturas ao redor do mundo, cada uma com suas próprias tradições e estilos distintos. A variedade de padrões, técnicas e estilos de crochê em roupas reflete a diversidade cultural presente nas diferentes comunidades. Ao apreciar e usar roupas de crochê de diferentes origens culturais, valoriza-se essa diversidade e promove-se a compreensão e o respeito pelas diferentes culturas. Juliana, deixa claro que a prática do crochê é diversa, que engloba uma gama de padrões que podem ser seguidos, com os pontos:

Podem ser utilizados o ponto alto, ponto picô, ponto vazado, as técnicas são muitas, exigem atenção de sensibilidade para cada um desses, o crochê é feito à mão, mas pode ter acabamentos na máquina, além das roupas, trabalho com diversas peças de crochê, como bolsas, prendedores de cabelo, bonecas... (Lima, 2023).

As roupas de crochê feitas à mão frequentemente são produzidas usando fios naturais e sustentáveis, como algodão orgânico ou lã de ovelhas criadas de forma sustentável. Essa abordagem valoriza a utilização de materiais naturais e sustentáveis, promovendo a conscientização ambiental e incentivando práticas de consumo mais responsáveis.

Juliana discute ainda que sempre se associa a baixa classe social, porém, ela conta que isso tem que ser desmitificado

Hoje facilmente as pessoas associam o crochê à classe social humilde, mas não é bem assim, sou Assistente Social, tenho meu trabalho, mas mesmo assim, trabalho com crochê, o crochê me leva para as minhas raízes de novo, faz parte da minha história, foi passado de mãe para filha e continua até hoje nas nossas famílias... (Silva, 2023).

Portanto, as roupas de crochê e lã feitas por grupos familiares são uma maneira significativa de unir tradição, laços familiares e expressão artesanal em um único objeto, que carrega consigo a história e a cultura de uma família.

As roupas de crochê podem até mesmo acompanhar as novas tendências contemporâneas, por meio da produção com técnicas antigas. Analisar o artesanato e sua continuidade na atualidade, requer primeiramente se debruçar a partir de um contexto histórico sobre como surgiu e se aperfeiçoou ao longo das gerações.

Para Silva (2017, p. 20), o artesanato surge concomitante com o processo de evolução do próprio homem, uma vez que a partir de quando o ser humano se desenvolvia, a necessidade de materiais para sua subsistência aparecia. Assim, o homem passou a produzir e manusear alguns materiais como polir pedras, tecer fibras e criar objetos de cerâmica entre outros.

Ainda para Coutinho (2016), “as coisas” ensinam e revelam a cultura e o lugar que o indivíduo ocupa na classe social. Daí a importância de trabalhar com a materialização das memórias das mulheres guerreiras por meio do artesanato, técnica comum e já difundida nas comunidades envolvidas, para que as memórias que fazem parte da história da cidade sejam reveladas.

Rodrigues (2022, p. 511), discute ainda que a memória é a conexão com uma herança de aprendizagem que, com certeza, é a agente principal para, no mínimo, a sobrevivência do indivíduo. Em resumo, a memória, enquanto fabricação de mitos, ajuda a orientar a ação coletiva e é um substituto humano para o instinto. Mas também é oportunidade de transmissão de aspectos culturais, costumes, linguagens e expressões que inserem o sujeito na comunidade mãe.

No que diz respeito à memória ainda, para analisá-la enquanto ponte para o passado de quem a usa, há necessidade de fazer história. A memória, muitas vezes praticada onde a escrita não era via essencial, tanto em sociedades e comunidades sem sistemas escritos, ou ainda, no âmago das sociedades europeias, mas por aquela população não letrada e por vezes marginalizada, caracterizou-se como forma de resistência, que mantinha na oralidade e na língua falada a possibilidade de legitimação. A memória, como objeto de estudo das disciplinas europeizadas dos dias de hoje, é vista como particular de cada grupo social (Rodrigues, 2022).

Como Rodrigues (2022, p. 524), bem discute, registrar as práticas e modos de fazer o artesanato oferece também a possibilidade de trazer à luz sujeitos e narrativas as quais não puderam realizar tal traçado voluntário, e que tiveram suas histórias silenciadas e ou subordinadas à de maiores poderes. Em outras palavras, a discussão de Arqueologia, História e Memória é um campo em aberto, destinado aos aventureiros dos conceitos, mas também aos aventureiros da história em si.

5.5 PRÁTICAS CULINÁRIAS

5.5.1 A Prática da Umbuzada por Dona Dena: “Eu via muito o povo fazendo, minhas tias, irmãs...”

Para analisar a prática da Umbuzada, selecionamos para entrevista Dona Hildenir, ela tem 49 anos, moradora atualmente da cidade de São Raimundo Nonato – PI, a entrevistada morou na roça entre a infância e início da sua pré-adolescência, conta que mesmo saindo da roça, ainda quando muito nova, sempre visitava a roça de familiares e amigos em feriados e finais de semana, ela conta que a prática da umbuzada é muito antiga e antigamente essa prática era muito famosa em épocas da colheita do umbu:

Quando tava na época da colheita era comum chegar na casa do povo e eles oferecerem umbuzada, depois do café, era a primeira coisa que eles ofereciam rsrs... todo mundo fazia, agora é que o povo não faz mais... (Landm, 2023).

Pode-se inferir que à prática da umbuzada era muito comum nas décadas de 70, 80, 90 e ainda no início dos anos 2000, porém como discutido com Dona Hildenir, a prática da umbuzada está sendo cada vez mais rara. O autor Japiassú (2017), observa-se que na colheita do umbuzeiro, os produtores catam até oito sacos de umbu por dia, sendo que, depende da produção de cada umbuzeiro e da produtividade de cada produtor, ou seja, apesar de alguns agricultores apanharem oito sacos em um dia, outros podem pegar muito menos.

Quando se consulta a literatura, têm-se que a Umbuzada é uma bebida considerada típica da região nordeste do país, sendo uma fruta típica da caatinga, com um sabor agridoce e um pouco ácido, comparado a um mix de sabores entre ameixa e maracujá. A safra do umbu ocorre durante os meses de dezembro e março.

A umbuzada é uma opção popular, comum para se tomar com leite e açúcar, fazendo parte da merenda da tarde ou também é comum sua utilização para acompanhar uma refeição noturna ou matutina, como Dona Hildenir conhece,

Costumo tomar a umbuzada de tarde, junto com a merenda, ou eu dou para os meninos na parte da noite ou no café da manhã, bom é quando ela tá geladinha, friasinha é bem gostoso, mas também dar pra fazer ela com água natural... (PIRES, 2018).

A umbuzada feita em São Raimundo Nonato – PI e interiores vizinhos é feita com umbu, leite e açúcar, sendo servida nessa região como uma espécie de vitamina, porém, observa-se que em outras regiões do Brasil, a umbuzada é feita como suco, combinada com água e açúcar a gosto. A fruta é espremida ou batida para extrair seu suco, que é então diluído em água e adoçado. A

proporção de água e açúcar pode variar de acordo com o gosto pessoal e a intensidade do sabor desejado.

Dona Hildenir, explica como o preparo ocorre na região de São Raimundo Nonato – PI:

Eu pego os caroço de umbu, lavo eles e depois amasso eles com a mão em uma bacia quando eles estão maduros, quando não estão maduros coloco ele em uma água na panela de pressão e deixo uns 8 a 10 minutos, pra poder tirar a massa deles, depois de amassados eu tiro a casca e passo em uma peneira pra tirar os caroços, e depois é só colocar, água, leite e açúcar, quando não se tinha lidiquificador, colocava leite, água, leite e açúcar e ficava mexendo com a colher e tava pronta a umbuzada (Landim, 2023).

Além de ser consumida como uma bebida simples, a umbuzada também pode ser utilizada como base para outros preparos, como sorvetes, geleias e licores. A fruta umbu e a umbuzada são elementos importantes da cultura nordestina, representando uma conexão com a natureza e as tradições culinárias da região (Cavalcanti, 2005).

Dona Hildenir, conta ainda que nas décadas anteriores, mais precisamente nos anos 80 aos anos 90 era comum ir na roça e ter um grupo de pessoas rindo e conversando, amassando os umbus com as mãos para fazer a umbuzada:

Na roça, uns anos atrás juntava todo mundo da casa ou das casas vizinhas juntavam pra machucar os umbus na mão pra fazer a umbuzada, era muito bom, todo mundo junto e conversando, amassando os umbus era muito bom. Na cidade os mais velhos também tinham esse costume antigamente hoje em dia é que ninguém ver mais o povo fazendo isso... (Landim, 2023).

A Umbuzada representa uma herança cultural e é apreciada pelos nordestinos como símbolo da identidade regional. A produção e comercialização da Umbuzada têm um impacto significativo na economia regional. A fruta do umbuzeiro, árvore que dá origem ao umbu, é colhida por agricultores locais, gerando emprego e renda. Além disso, a venda da bebida em mercados, restaurantes e festivais contribui para a movimentação da economia local além de ser um símbolo da cultura dos agricultores familiares e comunidades tradicionais do Semiárido brasileiro (Barreto; Castro, 2010, p. 52).

O umbuzeiro desempenha um papel importante na preservação do ecossistema da caatinga. A árvore é resistente à seca e sua presença contribui para a conservação do solo e a manutenção da biodiversidade na região. A valorização da Umbuzada incentiva a preservação do umbuzeiro e, consequentemente, a proteção do meio ambiente local. Dessa forma, a Umbuzada possui uma relevância regional tanto do ponto de vista cultural, econômico, alimentício e ambiental. É uma bebida que representa a identidade nordestina e contribui para a valorização da cultura e do desenvolvimento sustentável da região. A demanda por frutos de umbuzeiro é grande no Nordeste brasileiro sendo apreciado em feiras livres de diversos estados e consumido in natura na forma de

umbuzada, doces, geleias e sorvetes, despertando o interesse das pequenas indústrias de processamento de polpa de frutas e gerando uma nova fonte de renda para agricultura familiar (Pires, 2018, p. 7).

A produção da Umbuzada envolve uma cadeia produtiva que inclui desde os agricultores que cultivam os umbuzeiros até os produtores que preparam a bebida. Esse processo gera empregos diretos e indiretos, ajudando a movimentar a economia local e proporcionando oportunidades de trabalho para as comunidades, muitas vezes é realizada por agricultores familiares, que têm na fruta uma fonte de renda complementar. O cultivo do umbuzeiro permite a diversificação das atividades agrícolas e a geração de renda sustentável para essas famílias, fortalecendo a agricultura familiar na região.

Dentre as espécies botânicas destaca-se *Spondias tuberosa* Arruda Câmara, chamado popularmente de umbuzeiro, imbuzeiro cajá-do-sertão, umbu e imbú verdadeiro, pertencente à família Anacardiaceae, a qual é uma frutífera nativa e endêmica da Caatinga com grande relevância para o povo nordestino, pois além de ser considerada uma planta sagrada e símbolo local, possui diversas utilidades, sendo possível fazer uso das suas folhas, flores, frutos, raízes, e casca de múltiplas maneiras (Silva, 2019, p. 27). Pode promover também a inclusão social ao envolver diferentes grupos e comunidades. Por exemplo, cooperativas ou associações de agricultores podem se organizar para cultivar e processar os umbus, garantindo a participação de diferentes pessoas e grupos em um empreendimento coletivo. Ao valorizar essa bebida, valoriza-se também a cultura local, suas tradições e saberes.

Cada família tem suas receitas únicas e especiais, e é importante valorizá-las como parte da herança cultural e afetiva que nos une. Cozinhar e compartilhar essas receitas com a família e os amigos é uma forma de manter viva a história e a tradição de cada família. As receitas tradicionais de família podem ser consideradas um patrimônio imaterial, pois representam a cultura, a identidade e os saberes transmitidos ao longo das gerações. Elas são uma expressão viva do modo de vida, dos costumes e da história de uma comunidade ou família.

Os modos alimentares se articulam com outras dimensões sociais e com a identidade. O valor cultural do ato e do modo alimentar é cada vez mais entendido enquanto patrimônio, pois a comida é tradutora de povos, nações, civilizações, grupos étnicos, comunidades e famílias.

Entendendo a estrutura culinária como o conjunto de regras e normas relacionadas à alimentação, incluindo os alimentos escolhidos, a organização do cardápio, as técnicas de preparo e os temperos, é possível identificar a culinária de uma região ou nação como uma particularidade cultural (Silva, 2018, p. 6).

A Umbuzada pode desempenhar um papel importante na construção e fortalecimento dos laços familiares. A preparação da Umbuzada pode se tornar uma tradição familiar, onde os

membros da família se reúnem para colher os umbus, preparar a bebida e compartilhar momentos de convivência. Essa atividade em conjunto fortalece os laços familiares e cria memórias afetivas que são passadas de geração em geração, pode envolver o compartilhamento de conhecimentos e receitas entre os membros da família.

Por ser uma planta típica de regiões de clima semiárido e quente, onde há predominância de longos períodos de estiagem, o Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) possui algumas adaptações que possibilitam a sua sobrevivência, durante a época em que há escassez dos recursos hídricos na região. Dentre estas adaptações destacam-se; a queda das folhas (caducifólia), que diminui a perda da água por meio da transpiração, e um sistema radicular bem desenvolvido, com estruturas chamadas de xilopódios, túberas ou, popularmente, como batatas do umbu, que armazenam a água e os nutrientes utilizados pela planta durante seca (Silva, 2019, p. 70). Os mais velhos podem transmitir suas técnicas e segredos para os mais jovens, promovendo uma troca intergeracional valiosa. Esse compartilhamento de saberes fortalece os laços familiares e preserva as tradições familiares. Os objetos são geradores de curiosidades, geradores de perguntas sobre si e sobre sua história e a de seus familiares e vizinhos, geradores de narrativas sobre si e sobre os objetos, gerador de múltiplas sensibilidades e emoções (Sutl, 2015, p. 6).

Pode ser uma presença constante em celebrações familiares, como almoços de domingo, encontros de Natal, aniversários e outros momentos especiais. A bebida é compartilhada entre os familiares, promovendo um ambiente de convívio e celebração. Esses momentos de confraternização fortalecem os laços familiares e criam uma atmosfera de união e afeto, que está relacionada a disponibilidade.

É uma atividade que requer a participação de várias pessoas da família. Desde a colheita dos umbus até o processamento da fruta, diferentes tarefas podem ser distribuídas entre os membros da família. Esse trabalho em equipe promove a cooperação e o senso de responsabilidade compartilhada, fortalecendo os laços familiares.

A preparação da Umbuzada envolve conhecimentos tradicionais transmitidos ao longo de gerações. Os agricultores e produtores locais possuem técnicas específicas para a colheita do umbu, o preparo da bebida e o armazenamento adequado. Ao reconhecer e preservar a Umbuzada como patrimônio cultural, também se valoriza e protege esse conhecimento tradicional. Faz parte da rica gastronomia nordestina. Ao ser reconhecida como patrimônio cultural, ela ganha destaque e visibilidade, contribuindo para a valorização da culinária regional e promovendo a diversidade gastronômica do Brasil. Isso pode atrair turistas interessados em explorar os sabores e a cultura local.

5.5.2 Buchada de bode e Sarapatel por Arioston Silva: “Eu sempre fazia no domingo pela manhã, na folga do serviço...”

O Senhor Arioston, oriundo do município de Dirceu Arcoverde – PI, hoje mora na cidade de São Raimundo Nonato – PI, tem 53 anos, conta que aprendeu a fazer a buchada de bode e o sarapatel com sua mãe, “é comida antiga” segundo ele,

minha mãe fazia para o meu pai no final de semana quando ele não tava trabalhando e eu quando era casado pedia pra minha mulher fazer sempre no domingo quando eu tinha à folga do trabalho, ensinei meus filhos a comer também, com cuscuz é muito bom, não tem coisa melhor não, um cafezinho, domingo pela manhã cedinho, rapaz é bom demais (Silva, 2023).

Percebemos, por meio do senhor Arioston como o seu relato está atrelado às suas memórias, e se torna muito interessante notar como a prática alimentícia é uma importante coadjuvante na vida de um indivíduo. Observa-se também que, ao analisarmos o texto de Hernandez (2005), como as formas de alimentar-se na cultura regional, os produtos consumidos e a forma como são preparados relacionam-se com os recursos locais, que envolve características como, o clima, o solo, a produção agrícola, a pecuária, a maneira de armazenamento e o comércio. Desta forma, essa gastronomia forma um conjunto de produtos alimentares e processos produtivos que caracterizam uma determinada região. São formados de acordo com os valores simbólicos, tradicionais e/ou históricos.

Figura 22- Buchada feita



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao perguntarmos sobre o preparo da buchada o senhor Arioston relata que, a buchada de bode é feita com a “bola do bode”, que vendia no início dos anos 2000 no açougue municipal de São Raimundo Nonato, onde hoje funciona a feira da cidade, a buchada de bode, a prática é simples, exige passar um tempo no fogo na água fervendo:

Eu aprendi a fazer a buchada com minha mãe, ela fazia e eu observava ela cozinhando, no interior todo mundo fazia, era gostoso, hoje em dia a gente compra a bola nos açougues mais próximos, mas antigamente eu comprava no antigo açougue, comia com arroz, feijão e cuscuz, como senhor Arioston ... (Silva, 2023).

A preparação da buchada envolve limpar bem os intestinos e enchê-los com uma mistura de órgãos picados, como fígado, coração e rim. Essa mistura é temperada com ingredientes como alho, cebola, coentro e temperos regionais, como pimenta do reino. Os O QUE? são então cozidos lentamente em uma panela de pressão junto com temperos adicionais e vegetais.

Figura 23- Buchada na panela



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A buchada costuma ser servida com acompanhamentos como arroz, feijão e cuscuz, como senhor Arioston mencionou acima. É um prato muito apreciado na cultura culinária do Nordeste do Brasil e frequentemente apreciado em ocasiões festivas ou como especialidade nos restaurantes locais. Podemos dizer que a buchada é detentora de uma função cultural e gastronômica associada a esse prato. Ele faz parte da tradição culinária nordestina e é valorizado como uma expressão da identidade cultural da região. Além disso, a preparação e consumo da buchada também têm

impacto econômico, pois contribuem para a cadeia produtiva da pecuária e para o comércio de alimentos.

Embora eu me esforce para fornecer informações precisas, receitas e variações de pratos podem variar, portanto, os ingredientes específicos e os métodos de preparação da buchada podem diferir dependendo da região e das preferências individuais. Notamos dessa forma, o quanto o Patrimônio Imaterial vincula-se a com uma natureza intangível, com seu caráter dinâmico e que está intimamente associado às práticas e representações culturais.

O patrimônio cultural imaterial engloba práticas, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidos de geração em geração, que são importantes para a identidade cultural de uma comunidade ou grupo. A buchada tem raízes históricas e culturais profundas na região nordestina, remontando às tradições gastronômicas dos povos indígenas, africanos e europeus que influenciaram a culinária local ao longo dos séculos. Ela representa uma forma única de preparação de alimentos, utilizando as vísceras de animais como ingrediente principal.

Figura 24- A buchada feita



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Além disso, a buchada está associada a celebrações, festas e eventos culturais, onde é apreciada e compartilhada entre as pessoas. Sua preparação requer habilidades e conhecimentos específicos, que são transmitidos oralmente de geração em geração, contribuindo para a preservação das tradições culturais e fortalecendo os laços comunitários. A valorização da buchada

como patrimônio cultural imaterial pode envolver ações como o registro e documentação das técnicas de preparo, a realização de festivais e eventos que promovam sua apreciação, além do estímulo à sua produção e comercialização sustentável. Essas medidas visam preservar e valorizar a diversidade cultural e gastronômica da região, reconhecendo a importância da buchada como parte integrante da identidade cultural do povo nordestino (Calvacanti, 2002).

Desta forma, essa gastronomia forma um conjunto de produtos alimentares e processos produtivos que caracterizam uma determinada região. São formados de acordo com os valores simbólicos, tradicionais e/ou históricos. Tais fatores podem ser expressados por meio da história, da geografia, do clima e da organização social, intrinsecamente compõem o conjunto de bens chamados Patrimônios Culturais Imateriais (Braun, 2019, p. 3).

Já perguntado como se faz o sarapatel o Senhor Arioston fala que a prática é a mesma da buchada, porém nesse caso, é usada a cabeça do boi, o coração e os rins, nas palavras do senhor Arioston,

a gente a coloca na panela na água fervendo, só com sal e óleo, pra tirar a primeira lavagem, depois abre ela toda, passa os temperos na panela de pressão coloca água e joga a buxada dentro, é fácil pra fazer é muito boa, tem a buxada de boi também que é a mesma coisa... (Silva, 2023).

Ambos os pratos descritos pelo senhor Arioston, foram aprendidos por meio do conhecimento transferido por sua mãe e o seu pai. Percebemos assim como a manutenção desse conhecimento tradicional constitui-se na gastronomia como Patrimônio Imaterial que deve ser preservado e desenvolvido por questões culturais. Uma das maneiras de preservação e transmissão desta cultura gastronômica ocorrem por meio dos restaurantes de comidas típicas, ou mesmo, pelas feiras livres locais (Muller, 2012, p. 4).

Assim como a buchada, o sarapatel também é um prato típico da culinária nordestina brasileira, mas é consumido em outras regiões do país, como o Norte e o Sudeste. O sarapatel pode ser feito com as vísceras de porco (fígado, coração, pulmão, intestino, entre outros), cozidos com sangue e temperados com diversas especiarias e condimentos.

O sarapatel é uma expressão da identidade cultural do Nordeste brasileiro e de outras regiões onde é consumido. Ele está profundamente enraizado nas tradições culinárias das comunidades locais e representa um elo entre gerações, já que muitas vezes a receita é transmitida de pais para filhos. Valorizar e preservar essa prática gastronômica é importante para manter viva a herança cultural da região (Bitteli, 2019).

A preparação e o consumo de sarapatel podem ter um impacto econômico significativo, especialmente em comunidades rurais onde a criação de suínos e a produção de alimentos são fontes importantes de renda. O consumo do prato em festivais e eventos regionais também pode

impulsionar o turismo e a economia local, gerando oportunidades de emprego e fortalecendo a cadeia produtiva de alimentos.

A culinária nordestina é rica e diversificada. Nas regiões sertanejas, conta com pratos substanciosos, muitas vezes, apimentados e de alto teor calórico, preparados a partir de carnes de caça, carnes curadas, feijões, favas e derivados do milho. Culinária rústica que enfrenta as adversidades climáticas de temperaturas altas e longos períodos de secas é pensada, criada e executada artesanalmente.

Reconhecer o sarapatel como parte do patrimônio culinário brasileiro é valorizar a riqueza da nossa diversidade gastronômica. Isso contribui para a valorização da culinária local e regional como um elemento importante da nossa identidade como nação. A valorização do sarapatel como função social também está relacionada ao respeito à cultura alimentar de diferentes comunidades. Respeitar e valorizar a diversidade de pratos e ingredientes da culinária brasileira é essencial para promover a inclusão e a aceitação cultural.

Figura 25- Cabeça do Bode para o Sarapatel



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 26- Bode



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em resumo, a função social do sarapatel está relacionada à preservação cultural, ao impacto econômico positivo em comunidades locais, à valorização da diversidade gastronômica brasileira, à inclusão social e ao respeito à cultura alimentar. Todas essas dimensões contribuem para que o sarapatel tenha relevância não apenas como um prato delicioso, mas também como parte importante do nosso patrimônio cultural imaterial. O prato pode ser acompanhado por arroz branco, feijão de corda e farinha de mandioca. É um prato rico em sabor e muito apreciado em festividades e eventos culturais do Nordeste brasileiro.

A gastronomia local atua na valorização da cultura regional, para isso, é essencial a perpetuação da memória culinária das famílias, além de enriquecer o patrimônio histórico, oferece ganhos de recursos econômicos, tanto para a indústria como para o comércio local. Além de subsidiar essas questões, ao servir-se dos produtos da culinária tradicional local, o turismo gastronômico pode funcionar como uma forma de conhecer novas culturas e hábitos alimentares e pode constituir uma maneira de reapropriação de elementos culturais esquecidos, atuando na valorização cultural (Braun, 2019, p. 5).

5.5.3 Pamonha por Dona Hildenir: “O cheiro era bommm, lembra o interior...”

Dona Hildenir (49 anos), moradora da cidade de São raimundo Nonato – (PI), nos conta sobre a prática de fazer a pamonha, a pamonha é um prato típico da culinária brasileira, feito à base de milho verde ralado ou triturado. É popular em várias regiões do Brasil e é especialmente comum durante a Festa Junina.

Dona Hildenir, conta que para fazer a pamonha deve se ter paciência para ficar

Eu fazia mais quando a safra de milho era boa e meus parentes trazia o milho da roça, o primeiro passo é descacar o milho né, aí depois que eu ralava ele e com a massa que fica do grão eu misturo com leite, água e açúcar, aí é so colocar na pressão, e pronto, eu gostava de usar também a casquinha dele pra enrolar a pamonha nele e fazer a amarração dele (Landim, 2023).

As pamonhas podem ser saboreadas de diversas formas. Algumas pessoas gostam de comê-los ainda quentes, muitas vezes acompanhados de uma xícara de café. Outros preferem deixá-los esfriar e servi-los como sobremesa. Também é comum encontrar versões salgadas da pamonha que levam ingredientes como queijo, linguiça ou outros recheios.

A função social da pamonha, como qualquer alimento tradicional, vai além de sua simples preparação e consumo. Ela está relacionada à preservação da cultura, ao fortalecimento das tradições e ao estímulo da economia local (Menezes, 2021).

A pamonha tem uma ligação histórica e cultural com o Brasil, sendo considerada parte do patrimônio gastronômico do país. Ao manter a tradição de preparar e consumir pamonha, as comunidades preservam suas raízes culturais e promovem a identidade local.

Além disso, a pamonha também tem um impacto econômico significativo em várias regiões do Brasil. Sua produção envolve agricultores locais que cultivam o milho necessário para a preparação do prato. A demanda por pamonha cria oportunidades de negócios para esses agricultores, bem como para os produtores de outros ingredientes utilizados, como o leite de coco e o queijo (Menezes, 2021).

A pamonha também pode ser uma fonte de renda para pequenos empreendedores que a vendem em festas, feiras ou estabelecimentos comerciais. Isso contribui para a movimentação da economia local, gerando empregos e impulsionando o comércio. É comum a gente ver o pessoal vendendo pamonha nos ônibus, praças e feiras.

Portanto, a função social da pamonha está intrinsecamente ligada à preservação cultural, ao fortalecimento da identidade local e ao desenvolvimento econômico das regiões em que é produzida e consumida. Além de ser uma deliciosa iguaria, a pamonha desempenha um papel importante na promoção da cultura brasileira e no sustento de comunidades.

Embora a pamonha ainda não tenha sido reconhecida oficialmente como Patrimônio Cultural, é importante destacar que ela desempenha um papel significativo na cultura brasileira e é valorizada em diversas regiões do país. Sua presença em festividades tradicionais, como as Festas Juninas, e sua conexão com a culinária regional contribuem para sua importância cultural e histórica (Batista, 2019).

No futuro, é possível que a pamonha ou alguma variante regional relacionada a ela possa ser considerada para o reconhecimento como Patrimônio Cultural, caso atenda aos critérios estabelecidos pelas autoridades competentes. O reconhecimento oficial ajudaria a promover e preservar a tradição da pamonha, salvaguardando-a para as gerações futuras.

5.5.4 A Prática da Colheita do Caju por do Zildenir: “No começo juntava muita gente... hoje em dia quase não tem mais...”

A pessoa que compartilhou conosco suas memórias sobre foi Dona Zildenir Paes Landim, que tem 45 anos, atualmente moradora do povoado Serra Branca, localizado no município de São Raimundo Nonato – PI. Hoje Dona Zildenir, lembra que durante muitos anos a “penha do caju” foi responsável por ajudar no sustento de sua família. Apanhar cajus na roça é uma atividade comum em áreas onde os cajueiros são cultivados.

A colheita dos cajus ocorria na região de São Raimundo Nonato – PI, entre o início de novembro ao final de janeiro, quando os frutos estão maduros. A colheita envolve a retirada dos cajus das árvores usando varas longas com ganchos ou sacudindo suavemente os galhos para que os cajus caiam no chão. Após a colheita, os cajus são coletados do chão e separados das castanhas, que estão presas à parte inferior do fruto. Os cajus são então levados para processamento, onde são separados das castanhas, descascados e transformados em sucos, doces, geleias ou consumidos.

Dona Zildenir Paes Landim, ainda nos conta que:

a gente passava o dia na roça, debaixo dos pés de caju, catando caju, aí juntava os cajus, descascava caju, separava as castanhas, e era muita gente na época, era muitas pessoas que vivia da panha de castanhas na roça (Landim, 2023).

Na região de São Raimundo Nonato – PI, a colheita de Caju era principalmente para a produção da cajuína, o caju coletado era enviado para outros municípios como Floriano – PI e Teresina – PI, para dar seguimento ao processo de produção da cajuína. É importante mencionar que a cajuína é tombada como bem imaterial do Piauí.

A apanha de cajus na roça pode ser uma atividade divertida e gratificante, permitindo que as pessoas desfrutem dos deliciosos cajus frescos e também ajudem na economia local, pois o cultivo de cajueiros é uma fonte de renda para muitas comunidades agrícolas, desempenhando um papel importante na sociedade de várias maneiras.

A colheita de cajus contribui durante muito tempo para a região de São Raimundo Nonato – PI, para a segurança alimentar nas comunidades agrícolas onde os cajueiros são cultivados.

Hoje a apanha de cajus, quase não acontece mais na região de São Raimundo Nonato – PI, devido a baixa produção da árvore na região, e deixou de se constituir como uma fonte de renda na região.

Nas palavras da Dona Zildenir, não existe mais contratação das pessoas pelos donos de roça para a colheita do Caju, como antigamente havia. Dessa forma, a colheita é feita pelos próprios donos de roça:

Hoje em dia o pessoal faz, mas é muito pouco, os cajus tão muito pouco. O dono mesmo é que pega... (Silva, 2023).

Porém, como discute Oliveira (2019, p. 2), a existência de problemas sociais acrescidos de condições climáticas desfavoráveis e somados a deficiência que o governo tem de prestar assistência ao pequeno produtor rural, nos leva a um panorama de uma comunidade que pratica a cajucultura como forma de subsistência, porém pouco efetiva e com baixa rentabilidade.

A ausência de incentivo governamental, infraestrutura e novas tecnologias leva o pequeno produtor rural a tornar-se obsoleto em meio a presença de um mercado competitivo e dinâmico, onde os empreendedores consolidados no mercado vivem em atualização constante na forma de atuarem. A alternativa de adaptação que o pequeno produtor utiliza para conseguir sobreviver a concorrência encontra-se na diferenciação de seus produtos e serviços. É por meio desta atividade, a cajucultura, que a economia desta comunidade é impulsionada no período da safra do caju, que compreende os meses de setembro a dezembro, proporcionando uma pequena melhora na vida destes agricultores, gerando poder de compra e atraindo turistas que fazem o dinheiro girar.

Em algumas regiões, a apanha de cajus está profundamente enraizada na cultura local. A tradição de colher cajus pode ser transmitida de geração em geração, preservando os conhecimentos tradicionais e fortalecendo o senso de identidade e comunidade nas áreas rurais.

A apanha de cajus desempenha um papel significativo na sociedade, fornecendo alimentos nutritivos, gerando renda, criando empregos, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e preservando a cultura local. É uma atividade que beneficia tanto as pessoas envolvidas na colheita quanto as comunidades onde os cajueiros são cultivados. Possui grande importância para o patrimônio cultural, especialmente em regiões onde essa atividade é uma tradição enraizada.

Essa é uma prática cultural transmitida de geração em geração. Essa tradição é uma parte essencial da identidade das comunidades rurais e contribui para a preservação da cultura local. O

conhecimento sobre técnicas de colheita, seleção e processamento dos cajus é passado adiante, garantindo que essas tradições sejam mantidas vivas. Em algumas áreas, a colheita dos cajus é comemorada com festivais e eventos culturais. Essas celebrações envolvem danças, música, culinária tradicional e outras atividades festivas que fortalecem os laços comunitários. Esses eventos não apenas promovem a apanha de cajus, mas também destacam a importância cultural da fruta na região (Leite, 2004).

Além disso, a colheita de cajus impulsiona a produção de produtos derivados, como doces, geleias, licores e outros alimentos tradicionais, que são valorizados como parte do patrimônio culinário local. Para o IPHAN (2009), a cajuína se insere como um elemento dos rituais de hospitalidade, reunindo características desejáveis e novas, como a limpeza cientificamente controlada do processo de pasteurização, a transparente cristalinidade, a beleza da cor, a possibilidade de armazenamento...

Ao mesmo tempo, retém características regionais específicas de “coisa nossa”, “coisa da terra”, capaz de reforçar a identidade local, capaz de explicar e redimir as diferenças entre o local e o mundo moderno, ainda inalcançado (IPHAN, 2009, p. 55).

No contexto do patrimônio cultural, a apanha de cajus desempenha um papel crucial na manutenção das tradições, na celebração da cultura local, na promoção do turismo cultural e na valorização dos recursos naturais. É uma prática que enriquece o legado cultural das comunidades rurais e mantém viva a herança histórica e social relacionada aos cajus.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa foi abordada as práticas, costumes, modos de fazer e objetos que ajudam a contar a trajetória dos grupos familiares inseridos dentro da comunidade que estão inserida na microrregião de São Raimundo Nonato – PI, os grupos inseridos hoje na área ajudam a contar a história da região, buscamos dessa forma dentro da perspectiva do inventário participativo, procurar a valorização desses grupos e trazer para a valorização científica a história e trajetória desses povos dentro da região aqui estudada.

O patrimônio material e cultural desempenha um papel significativo nos grupos familiares por várias razões, uma delas é a Identidade e Continuidade Cultural, o patrimônio cultural é muitas vezes transmitido de geração em geração, ajudando a manter a identidade cultural e a conexão com as raízes familiares. Objetos, tradições e histórias familiares são preservados por meio do patrimônio, permitindo que as famílias se lembrem de suas origens e da história de seus antepassados.

O patrimônio cultural pode servir como uma ferramenta educacional, ensinando às gerações mais jovens sobre sua cultura, tradições e valores familiares. Compartilhar e preservar o patrimônio material e cultural pode fortalecer os laços familiares, proporcionando atividades compartilhadas e valores compartilhados. Ter um patrimônio cultural compartilhado pode criar um senso de pertencimento e união dentro da família, promovendo a solidariedade (Lopes, 2020).

Preservar o patrimônio material, como propriedades ou objetos de valor sentimental, pode ser uma forma de passar riqueza e herança para as gerações futuras. O patrimônio material e cultural desempenha um papel fundamental na preservação da identidade, história e valores familiares, contribuindo para a coesão e continuidade das tradições familiares.

Todos os registros realizados sobre as práticas, costumes, saberes, modos de fazer e objetos dos grupos familiares da região na área aqui pesquisada, são marcos bastante importantes para a trajetórias de vida dos indivíduos que estavam ocupando a região aqui estudada durante e após o período de colonização (Faco, Melchiori, 2009).

Com esses dados, conseguimos trazer como importante relevância a importância da memória afetiva que está atrelada à esses grupos e como essa torna-se de extrema importância para a identificação e valorização do Patrimônio Cultural na microrregião de São Raimundo Nonato – PI, tornando possível ainda uma valorização que engloba o contexto cultural, econômico e social dos grupos aqui estudados.

Os grupos familiares desempenham um papel fundamental na construção da memória, pois são um contexto rico em experiências compartilhadas e histórias que moldam a identidade de cada

indivíduo. As interações familiares ajudam a formar memórias afetivas e culturais, transmitindo tradições, valores e narrativas familiares de geração em geração. As memórias construídas em grupos familiares contribuem para a coesão e a continuidade da cultura familiar, permitindo que as pessoas se conectem com suas raízes e compreendam sua própria história (LOPES, 2020). Além disso, as histórias familiares podem influenciar a formação de memórias individuais e moldar a perspectiva de mundo de cada membro da família.

O patrimônio cultural está intrinsecamente ligado aos grupos familiares, pois muitas tradições, conhecimentos e objetos de valor cultural são transmitidos de geração em geração dentro das famílias.

Muitas tradições culturais são mantidas vivas por meio da transmissão oral e prática entre os membros da família. Isso inclui celebrações, rituais, culinária, música e dança. Famílias muitas vezes guardam objetos e artefatos que têm significado cultural ou histórico, como fotografias antigas, documentos, roupas tradicionais ou objetos de arte. Esses itens representam uma parte do patrimônio cultural da família. As histórias compartilhadas dentro da família desempenham um papel importante na preservação da história cultural. Essas histórias muitas vezes incluem relatos de eventos significativos, migrações, conquistas e desafios enfrentados pela família ao longo das gerações.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBURQUERQUE, M. *et al.* **Prospecção arqueológica de superfície e subsuperfície na área de instalação da jazida E4B, no município de Porto Real do Colégio, do Estado de Alagoas**: relatório de prospecção. Recife: Arqueolog Pesquisa, 2012.

ALMEIDA, Márcia Bezerra. **O Australopiteco Corcunda**: as crianças e a arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ALONSO, Paulo Henrique. **Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases**. Belo Horizonte: Editora Cataguases, 2016.

ANÍBAL, Felipe. Lenha ou fome: relatos de famílias na penúria. **Piauí**, São Paulo, 29 jun. 2021.

ARAÚJO, G. M. *et al.* **PROJETO CAJU**: organização produtiva orientada para o desenvolvimento da cajucultura cearense. Fortaleza: UFCE, 2005.

ASCHERSON, N. The Museum of Scotland. **Public Archaeology**, London, v. 1, n. 1, p. 82- 84, 2000.

BATISTA, A. C. C. **Da palha ao prato**: movimentos de modernização da pamonhada goiana. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

BEZERRA, M. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 107–122, 2013.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRAUN, J. L. SABERES E FAZERES: as memórias gastronômicas como patrimônios culturais de produtoras de feira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2019, [S.l.]. **Anais [...]**, [S.l.]: FACCAT, 2019. p. 1-15.

CASTRO, C. D. P. da C.; RYBKA, A. C. P. **Processamento de doce de umbu com amêndoas de licuri**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2020.

CAVALCANTI, N. de B. *et al.* Umbuzeiro: pesquisas, potenciais e desafios. In: ROMÃO, R. R.; RAMOS, S. R. R. (org.). **Recursos genéticos vegetais no Estado da Bahia**. Feira de Santana: Ed. da UEFS, 2005. p. 69-81.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS **Como elaborar inventário das potencialidades culturais dos Municípios**. Brasília: CNM, 2015.

COUTINHO, D. *et al.* Design, cultura material, artesanato e memória: a metodologia do design participativo no museu de favela do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 12., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 900-912.

CUNHA, M. G. C. **Territorialidades sertanejas**: permanência e transformações no espaço rural norte-mineiro. São Paulo: Intermeios, 2012.

DYKE, R. M. V. Archaeology and Social Memory. **Annu. Rev. Anthropol**, New York, v. 48, p. 207–25, 2019.

FACO, V. M. G.; MELCHIORI, L. E. Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana. 2009. In: VALLE, T. G.M. (org). **Aprendizagem e desenvolvimento humano**: avaliações e intervenções. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 121-135.

FILGUEIRAS, A. R. S. O papel da história oral na produção de um inventário participativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 14., 2018, Campinas – SP. **Anais [...]**, Campinas, SP: UNICAMP, 2018.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa – ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, 2005.

FRAZON, R. C.; CARPENEDO, S.; SILVA, J. C. S. **Produção de Mudas**: principais técnicas utilizadas na propagação da frutíferas. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 7-22, 2011.

FUNARI, P. P.; NOELLI, F. **Pré-História do Brasil**; As origens do homem brasileiro; O Brasil antes de Cabral; Descobertas arqueológicas recentes. São Paulo: Contexto, 2002. 110p.

GIGLIO, R. R. **Tradição Culinária Nordestina**: a gourmetização na cidade de São Paulo. 2020. Trabalho de Conclusão de curso (Especialização em Gestão de Projetos culturais e organização de eventos) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIODA, Adriana. Características e procedência da lenha usada na cocção no Brasil. **Cidade e ambiente**: Estudos, v. 33, n. 95, 2019.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A.; GONZÁLEZ, P. A.; CRIADO-BOADO, F. Against reactionary populism: towards a new public archaeology. **Antiquity**, v. 92, n. 362, p. 507 – 515, 2017.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 2, 2021.

HALBWASCHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARRISON, R. Arqueologias de futuros e presentes emergentes. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 83–104, 2022.

HEBERTS, A. L. Arqueologia das populações sertanejas no Nordeste brasileiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 20., 2019, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.:s.n.], 2019.

HOBSBAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In: HOBSBAWM, Eric. **SobreHistória**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HODDER, I. **The Archeological Process: an introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
HOLTORF, Cornelius. Por que preservar? **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 2, 2017.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

IPHAN. “**Produção artesanal e práticas socioculturais associadas à cajuína no Piauí**”. Brasília: IPHAN, 2009.

IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos: Manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. 4. Ed. Brasília: IPHAN, 2006. 140 p.

JACKSON, D. Infancia y Arqueología: hacia la construcción de un marco conceptual y expectativas arqueológicas. In: JACKSON, D.; SALAZAR, D.; TRONCOSO, M. (org.). **Puentes hacia el pasado: reflexiones teoricas en Arqueología**. [S. l.: s.n.], 2006. p. 110-122.

LEITE, L. A. de S. *et al.* **Cultivo do cajueiro no Nordeste brasileiro: o agronegócio caju**. [S. l.:s.n.], 2004.

LIMA, H. P. Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. **Habitus**, Goiânia, v.17, n.1, p. 25-38, 2019.

LOPES, L. S. **A cultura material e a materialidade: o contexto arqueológico do GO-JA-02, Complexo Serranópolis, Goiás**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

MENEZES, S. de S. M.; ALMEIDA, M. G. de. Pamonha, alimento identitário e territorialidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, e20002, p. 1-15, 2021

MILLER, E. T. Sequências seriadas quantitativas aplicadas as culturas, cerâmica e pré-cerâmica arqueológicas, e interpretações de seus resultados sob efeitos do meio ambiente. In: SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DE SUL AMERICANISTAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 1., 2007, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: UNIR, 2007.

NAJJAR, Rosana. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 71-91, jan.-abr. 2011.

OLIVEIRA, N. C. G. de. **Alternativas econômicas para a cultura do caju**: um estudo no município de Aracati-CE. [S. l.: s.n.], 2019.

OLIVINDO, M. S. P de. **Ensino de história e memória**: usos do passado e os desafios do historiador e do professor. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2013, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPUH, 2013.

ONETO, P. D. A originalidade da ideia de “arqueologia dos saberes” e seus desdobramentos políticos. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, v. 11, n. 21, p. 26-36, 2019.

ORTNER, S. Teoria na Antropologia desde a década de 1960. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

PENNA, R. S. **Fontes orais e historiografia**: avanços e perspectivas. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

PERENE. **Programa Fogões Ecoeficientes**: Prêmio ODS Brasil 2018. Salvador: Perene, 2019.

PRANDI, R. **O que você precisa ler para saber quase tudo sobre as religiões afro-brasileiras**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 63, n. 1, p. 7-30, 2006.

PRIMO, B.; ARAÚJO, M. **Inventário participativo pessoas e memórias**: Museu de Arqueologia de Itaipu. Rio de Janeiro: Data Coop, 2018.

RAGUSA, Pedro. Arqueologia do saber e a história. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011, [S.l.]. **Anais [...]**. [S.l.:s.n.], 2011. p. 2731-2744.

RICHARDSON, L. J.; ALMANSA-SÁNCHEZ, J. Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics. **World Archaeology**, v. 47, n. 2, p. 194-211, 2015.

SALLUM, M. Por uma “aliança afetiva” entre a Arqueologia e os Saberes Tradicionais: Contribuições para o entendimento da sociedade moderna no Brasil. **Cadernos do Lepaarq**, v. 19 n.37, p. 273-300, 2022.

SANCHO-QUEROL, L. “Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado”. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 25, p. 165- 188, 2013.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. (org.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.13-59.

SANTOS, C. A. F. et al. Umbuzeiro: Pesquisas, Potenciais e Desafios. In: ROMÃO, R. L.; RAMOS, S. R. R. (ed.). **Recursos genéticos vegetais no Estado da Bahia**. Feira de Santana: UEFS, 2005.

SARAIIVA, M. M. T. **Caracterização da qualidade de frutos de diferentes acessos de umbuzeiro no cariri ocidental paraibano**. 2020. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Agroalimentar) – Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2020.

SILVA, Cláudia Feijó da. A atuação participativa entre historiadores e comunidade: processo metodológico de inventário participativo. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-9.

SILVA, R. M. da. Potencialidades do umbu zeiro (*Spondias Tuberosa* Arruda Cam.): uma revisão da literatura. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM CIÊNCIAS, 5., 2020, [S.l.]. **Anais [...]**. [S.l.]: Editora Realize, 2020. p. 1-11.

SILVA, T. P. da. **Trabalho, identidade e sociabilidade no comércio de alimentos típicos em Goiânia: a tradicional pamonha**. 2016. 106 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SOUZA, M. A. T. de; BUARQUE, A. Olhando para o passado, pensando o futuro: as pesquisas arqueológicas na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 178–196, 2019.

SOUZA, R. de A. e. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 36–62, 2015.

STNERP, L. **História Do Fogão de Lenha: Passo A Passo**. [201?].

SULT, N. **Museu afetivo e ensino de história: práticas de memória na educação escolar**. 2015. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. 108 p.

TONIAZZO, B. S. G. **Turismo, patrimônio e artesanato: uma proposta educativa para o território geoparque quarta colônia aspirante UNESCO**. 2020. Dissertação (Mestrados em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

UNIVASF. **Protocolo de biossegurança: planejamento das atividades acadêmicas e administrativas presenciais**. Petrolina: UNIVASF, 2021.

WATERTON, E.; WATSON, S. **Heritage and Community Engagement Collaboration or Contestation?** [S.l.]: Routledge, 2011.

WITMORE, C. Archaeology and the New Materialismsn. **Journal of Contemporary Archaeology**, v. 1, n. 2, p. 203-246, 2014.

ZAHAR, R. A. **Trecos, Troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

1. Quais objetos ou artefatos de valor histórico ou sentimental a sua família possui e preserva?
2. Como a história da sua família está relacionada com esses objetos ou patrimônio cultural?
3. Quais são as tradições culturais ou práticas familiares que foram transmitidas de geração em geração?
4. Como sua família preserva e compartilha sua herança cultural com as gerações mais jovens?
5. Existe algum objeto de família que tenha sido passada de geração em geração? Qual é a história por trás dela?
6. Como a comida desempenha um papel na preservação das tradições culturais de sua família?
7. Que histórias ou memórias familiares especiais estão associadas a objetos ou lugares específicos dentro da família?
8. Como sua família documenta ou registra sua história e patrimônio cultural?
9. Quais desafios você enfrentou ao tentar preservar e transmitir o patrimônio cultural de sua família?